



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Sociais - CFCH

Escola de Serviço Social - ESS

Trabalho de Conclusão de Curso

VITÓRIA MAYUMI YANAI

**A DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO NO NEOLIBERALISMO: AS
PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

RIO DE JANEIRO

2021

VITÓRIA MAYUMI YANAI

**A DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO NO NEOLIBERALISMO: AS
PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Doutora Tatiana Brettas.

RIO DE JANEIRO

2021

RESUMO

O seguinte trabalho irá apresentar as principais características da formação socioeconômica brasileira, que explicam o cenário neoliberal através da perspectiva marxista da teoria da dependência, com o objetivo de analisar a disputa pelo fundo público no neoliberalismo no Brasil. Tal estudo se justifica pela importância de se conhecer as particularidades da nossa formação para, assim, podermos compreender o cenário neoliberal que traduz a financeirização do fundo público como garantia das taxas médias de lucro do capital, em especial do capital portador de juros, viabilizadas pelo papel ativo do Estado.

Palavras chaves: Formação econômico-social brasileira; capitalismo dependente; financeirização; fundo público; neoliberalismo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA EM MEIO AO CAPITALISMO DEPENDENTE	7
2.1. O surgimento do trabalho assalariado no Brasil	7
2.2 O Estado brasileiro no período desenvolvimentista.....	16
2.2.1 Da revolução de 1930 ao golpe empresarial-militar: a falsa ilusão de um desenvolvimento autônomo	16
2.2.2 O golpe de 1964: a aliança entre a burguesia nacional e a imperialista	25
3. A DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO NO NEOLIBERALISMO, E AS CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO BRASILEIRA ENQUANTO ECONOMIA DEPENDENTE.....	39
3.1 As particularidades do neoliberalismo no Brasil	39
3.2. A centralidade da expropriação do fundo público pelo capital portador de juros no Brasil enquanto economia dependente	49
4. CONCLUSÃO	61
5. REFERÊNCIAS.....	63

1. INTRODUÇÃO

É recorrente, em períodos de crise, onde se tem o aumento do desemprego, da miséria e de outras expressões da “questão social”, a veiculação de notícias sinalizando a necessidade de cortes nos gastos públicos, para “enxugar” os gastos do Estado, e ajustes fiscais para alcançar o tão estimado superávit primário. Esses argumentos advêm do projeto hegemônico neoliberal, que traduz o movimento da expropriação do fundo público brasileiro em direção ao capital portador de juros. Tal movimento deságua na superexploração da classe trabalhadora, a qual está submetida a jornadas mais longas de trabalho, baixos salários e condições precárias de reprodução.

Na medida em que temos a redução entre os intervalos de crise do capital, o mesmo articula, como forma de perpetuar sua dominação, o projeto de poder neoliberal, o qual coloca a financeirização como fundamental no processo de ampliação das taxas de lucro. Esse movimento recai sobre os países subdesenvolvidos através do endividamento do Estado, o qual possui como resposta a expropriação do fundo público, garantido através de instrumentos político-econômicos, sendo estes a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Desvinculação das Receitas da União, o superávit primário e a Emenda Constitucional 95.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a disputa pelo fundo público no financiamento das políticas sociais no neoliberalismo no Brasil. Para isso, serão tratadas as principais características da formação socioeconômica brasileira desde o surgimento do trabalho assalariado, até os dias atuais. A análise está pautada na compreensão do capitalismo dependente, onde se observa países denominados centrais e países dependentes, sob um regime de subordinação dos segundos perante os primeiros, que constituem o sistema capitalista mundial.

Neste contexto, para entender o neoliberalismo, partimos da análise da importância da financeirização para entender o fundo público enquanto medida de transferência de valor para o capital portador de juros, alimentando tanto a burguesia nacional, quanto à imperialista, através de um Estado ativo e presente que viabiliza tal expropriação.

Para construir a análise da formação socioeconômica brasileira foi utilizado como referência bibliográfica os textos de Clóvis Moura, Emília Viotti, Santos Neto e Gorender. Para dar continuidade ao trabalho através da perspectiva marxista da teoria da dependência, Marini, Castelo, Ianni e Brettas serviram como base para construir tal debate. Na análise do fundo público e do papel da dívida pública enquanto forma de transferência de valor para o capital portador de juros foi necessário compreender todos os apontamentos postos pelos autores anteriores e compreender o fundo público a partir do exposto por Salvador, Mota, Behring, Mendonça e Fontes.

A aproximação com a temática desta monografia se deu a partir das aulas da disciplina de Política Social III - Previdência Social, onde entrei em contato com o debate do fundo público e o processo de financeirização das políticas sociais. Inicialmente, me aproximei do debate a respeito da previdência social brasileira, onde tive maior contato com o estudo da financeirização do capital, me aprofundando no debate sobre os fundos de pensão e a financeirização da previdência, através do grupo de pesquisa sobre Regimes Próprios de Previdência Social. O interesse pelo tema desta monografia surgiu a partir da vontade de entender as particularidades da formação socioeconômica brasileira para alcançar o entendimento sobre a financeirização do fundo público brasileiro no neoliberalismo, o qual traduz o atual cenário de intenso desfinanciamento das políticas sociais.

Este trabalho de conclusão de curso está organizado em dois capítulos. O primeiro irá discutir as principais características do capitalismo dependente brasileiro. Para tanto serão tratados os traços que advém desde o período colonial, o processo de industrialização no Brasil e o imperialismo, o período desenvolvimentista e o papel do Estado brasileiro, com o foco de apresentar as principais características da formação brasileira, que fundamentam a análise do cenário atual.

A segunda parte trará as características do neoliberalismo no Brasil junto ao processo financeirização do fundo público, perpassando o papel do Estado, enquanto agente ativo a favor do capital, o movimento de endividamento público como forma de transferência de valor, os mecanismos elaborados pelo Estado para garantir essa transferência, as influências da expropriação do fundo público sobre a

classe trabalhadora e como todas essas características traduzem as particularidades do Brasil, enquanto economia dependente.

Sendo assim, tal tema se faz relevante pois expõe o porquê ocorre essa financeirização e com qual objetivo ela é feita, que vai além de uma perspectiva generalista que observa os fenômenos nos países centrais e os importa para justificar os cenários brasileiros, mas sim, observando tais cenários a partir da formação socioeconômica brasileira, pois apenas dessa forma seria possível compreender os fenômenos aqui existentes e encontrar respostas para os mesmos.

2. A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA EM MEIO AO CAPITALISMO DEPENDENTE

2.1. O surgimento do trabalho assalariado no Brasil

O processo de formação da economia brasileira, tal como se comporta hoje, se inicia atrelado ao contexto das grandes navegações e do capitalismo mercantil na Europa, que irão possibilitar a expansão do comércio e o movimento de colonização de novos territórios, com objetivo de obter matérias-primas para a elaboração de novas mercadorias a serem comercializadas, como aponta Santos Neto (2015, p. 34).

Temos que o período colonial brasileiro será marcado por uma economia extrativista, um modelo de produção escravocrata e um sistema político patrimonialista e clientelista. Sua principal função era a extração de produtos tropicais, conduzida através de grandes guerras, genocídios e de um longo período de escravização de povos originários e de pretos trazidos do continente Africano, para a implementação do sistema de *plantation* que irá determinar a forma de apropriação da mão-de-obra.

A adoção do modelo escravocrata na colônia é realizado, segundo Santos Neto (2015, p. 75), devido à articulação entre a falta de um contingente habitacional disposto a vender sua força de trabalho, uma vez que os povos originários desconheciam tal relação de produção e o contingente habitacional das metrópoles serem extremamente baixos para essa imigração, a necessidade da extração de matérias-primas a baixos custos e a expansão do mercado internacional com intuito de ampliar a taxa de acumulação das metrópoles.

O sistema de *plantations* permitiu não só a extração da matéria prima, mas a agroexportação, ou seja, a ampliação do capital mercantil. A primeira mão-de-obra utilizada para tal feito foi a dos povos originários através da escravização. Uma vez que estes foram escravizados em seu próprio território, logo, melhor conheciam o espaço, facilitando os movimentos de fugas e guerras contra a coroa, o processo de escravização dessa população se tornou extremamente difícil e inviável para Portugal. A partir disso, a coroa portuguesa passa a tomar medidas genocidas

exterminando grande parte da população originária e adotando como solução comercialização e escravização dos povos africanos.

O modelo escravocrata africano perdurou no Brasil desde o século XV ao século XIX e foi a base do nosso sistema de produção, sendo extremamente lucrativo, tanto pela sua utilização como força de trabalho a baixos custos, quanto pela lucratividade do tráfico desses povos.

A partir da terceira década do século XVI, o que se tem no cenário brasileiro é o processo de transição da forma de expropriação da colônia, transitando de extrativismo do pau-brasil para o sistema de agroexportação da cana-de-açúcar e povoamento. Para a organização de tal sistema fez-se necessária a implantação de um modelo que organizasse o cultivo e exportação da cana-de-açúcar, feito através da divisão da colônia em doze áreas, denominadas capitanias hereditárias. Tais capitanias foram concedidas apenas para aqueles senhores de terras que possuíam capacidade financeira de transformar as terras recebidas em áreas cultiváveis e produtivas.

Uma característica dessa política de distribuição de terras para cultivo foi seu caráter patrimonialista e clientelista, onde os latifundiários eram donos das terras e possuíam papel direto na vida política, gerando um sistema clientelista entre eles e os demais membros da sociedade.

O processo de construção dos complexos açucareiros na colônia teve como base o sistema de crédito. Este funcionava da seguinte forma, os senhores de engenho realizavam empréstimos às casas financeiras europeias, para com este poder comprar a mão-de-obra escravizada e o maquinário necessário. Esse empréstimo era realizado sob a forma de crédito acompanhado de juros. O lucro obtido através da extração do trabalho excedente, no momento da produção, era revertido para parte pagar os empréstimos, parte se transformar em capital de investimentos e o restante para se realizar nos grandes centros comerciais das metrópoles. Vemos aqui, uma forma do processo de endividamento que se inicia no Brasil colônia e permanece até os dias atuais, como uma forma de transferência de riquezas.

Podemos observar, então, a intrínseca relação entre a burguesia europeia prestamista, os donos de engenhos e o traficante de escravos, representantes da personificação do capital mercantil, onde, o dono de engenho da colônia se torna

completamente dependente do capital mercantil da metrópole, tanto pela necessidade do capital de crédito, quanto pela necessidade de realizar seu maior valor no mercado.

A compra e venda de mão-de-obra escravizada se tornou uma das principais bases do capitalismo mercantil nas colônias. Como coloca Santos Neto (2015, p.127): “Os escravos eram os pés e as mãos do sistema colonial e serviram para a constituição de toda a riqueza material da sociedade colonial, em suas distintas etapas ou ciclos produtivos”. O senhor de escravos, por estar envolvido no processo produtivo, aparece como explorador do trabalho, enquanto os setores prestamistas se dedicam apenas à circulação do capital enquanto detentores dos créditos comerciais.

Para a construção dos engenhos nas colônias era necessário um grande somatório de capitais, os quais foram financiados pelo sistema de créditos. Fazia-se necessária a aquisição de força de trabalho, maquinários, de reguladores e fiscalizadores das atividades produtivas. Para preencher o quadro de fiscalizadores foi utilizada a mão-de-obra livre e assalariada do colonato empobrecido que precisava vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Em meio a este contexto temos a relação desigual entre a acumulação de riqueza na metrópole e o acúmulo de pobreza nas colônias. Isto devido ao fato de quase todo o excedente produzido na segunda ser transplantado para a primeira e o pouco que restava ser utilizado para a compra de produtos importados, aumentando as desigualdades sociais internas da própria colônia e externas, em relação às metrópoles.

Devido à forma de aquisição dos produtos necessários à reprodução da população serem adquiridos através do sistema de importações, o que existia em segundo plano junto a atividade agroexportadora era uma economia de subsistência extremamente limitada, voltada apenas para a reprodução da mão-de-obra e do colonato empobrecido. Todavia, tivemos momentos de crescimento do mercado interno, como no período do cultivo da cana-de-açúcar e no ciclo do ouro. Tal feito levou a formação de centros urbanos o que gerou a necessidade de uma camada de trabalhadores livres e assalariados. Mas, estes não possuíam papel de destaque frente às classes fundamentais de escravizados e agricultores senhores de escravos.

O papel subalterno da colônia frente à metrópole possuía como propósito garantir o monopólio do comércio de importação e exportação de mercadorias, levando à proibição, inclusive, do fluxo migratório para as colônias. A falta de mão-de-obra livre e assalariada impedia o processo de realização do excedente no mercado interno, uma vez que os escravos não tinham condições de participar. Tal feito revela um processo de desenvolvimento capitalista próprio, diferente da forma como ocorrera nos países centrais, ou seja, um desenvolvimento que se dá de forma completamente dependente, atrelado à necessidade de realização de excedentes nas metrópoles.

A escravização da população preta teve grande importância na formação econômica e cultural da sociedade brasileira, se iniciando em meados de 1549 e perdurando até 1888. Segundo Moura (1988, p.04), tivemos que entre o início das atividades escravistas no Brasil, até 1850, quando o tráfico negreiro passou a ser proibido, foram trazidos para o Brasil entre 8 e 9 milhões de africanos escravizados.

O último país do mundo que teve a escravização substituída pela mão-de-obra livre foi o Brasil, no ano de 1888 (MOURA, 1988, p.04). Temos que o escravismo no país se deu através da extração de um contingente populacional de pretos, vindos à força do continente africano, amontoados em navios negreiros e levados depois para serem vendidos nos mercados, como mercadorias. Posteriormente, eram destinados a trabalhar como escravos nos engenhos de cana, nas lavras de ouro, nas fazendas de algodão e de café.

Ainda segundo o mesmo autor (MOURA, 1988, p.04), a mulher preta escravizada foi a que mais sofreu durante esse processo escravocrata, uma vez que além de ser transformada em objeto de trabalho, também foi transformada em objeto sexual dos seus senhores. Ao contrário da mulher branca que não deveria ter quaisquer relações com homens pretos, uma vez que esses eram equiparados a animais, a mulher preta era obrigada a se relacionar com homens brancos, levando à alusão de um conceito futuramente denominado como “democracia racial”, ou o mito¹ dela. Esta prática se constitui numa miscigenação unilateral,

¹ A ideia de democracia racial expressa “[...] um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e irremediáveis. Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas [...]” (FERNANDES, 2017, P17)

onde a mulher preta é violentada com base num discurso de embranquecimento. Como coloca Clóvis Moura, (1988, p.03) “essa miscigenação não democratizou a sociedade brasileira, mas, pelo contrário, criou níveis de discriminação racial e social até hoje atuantes dinamicamente”.

Temos que o período de escravização dos povos pretos no Brasil não se deu nada de forma pacífica, muito pelo contrário, foi perpassado por diversas lutas e rebeliões dessa população. O Brasil é o país no qual ocorreu o maior número de revoltas de escravos, de fugas e outras formas de manifestações antiescravistas, ficando atrás apenas do Haiti (Moura, p.04). Temos como exemplos a presença de pretos, escravos e libertos, no movimento de independência de Portugal, na Cabanagem, no estado do Pará, (1821-1836), quando os camponeses pobres, aliados a pretos e povos originários, chegam a tomar o poder e estabelecer estado próprio. Foram travadas, também, lutas e organizações de resistências organizadas pelos pretos escravizados, podendo destacar a República de Palmares que significou o poder de organização política, econômica e militar dos negros na América Latina. Ela existiu de 1630 a 1695, aproximadamente, tendo Zumbi como o seu líder.

Tínhamos nesse período setores agrícolas com maior dinamicidade nas lavouras, que conseguiram modernizá-las através de maiores investimentos em maquinários e meios de produção tecnológicos, os quais insistiam na promoção da imigração de trabalhadores livres para o Brasil. Como posto por Costa (1999, p.300) essa perspectiva cresceu à medida em que tivemos o desenvolvimento das forças produtivas, a melhoria nos meios de transportes, o aperfeiçoamento das técnicas de produção do café, do fabrico do açúcar e o crescimento da população, que irão modificar os métodos de produção e exigir um novo tipo de trabalho. Temos, desta forma, o contraste entre as áreas mais antigas e mais novas da agricultura, onde na segunda o alto rendimento dos cafezais e as facilidades para o emprego do trabalho livre favoreceram a mecanização.

Como aponta Costa (1999, p.315), ao mesmo tempo em que se tinha a expansão do setor cafeeiro, que possibilitava grandes investimentos tecnológicos, as zonas açucareiras viviam constantemente em crise, com apenas alguns momentos de crescimento, causados normalmente por fenômenos ocasionais,

como a melhoria do preço do açúcar nas épocas de depressão cambial. Essa situação de crise na economia açucareira era um entrave para a introdução de maquinários e a modernização dos métodos de produção.

Podemos apontar como um momento relevante para a análise da transição da mão-de-obra escrava para a livre a difusão dos engenhos centrais na década de 1870, apontado por Costa (1999, p. 320). Esse movimento contribuiu para uma “revolução” no processo do fabrico do açúcar.

Os novos métodos de fabrico de açúcar, introduzidos com os engenhos centrais, impunham maior racionalização do trabalho e favoreciam a transição do trabalho servil para o livre. O sistema escravista não era compatível com as novas condições de produção (Costa, 1999. P. 321).

As condições gerais para o incentivo à mão-de-obra imigrante se tornaram cada vez mais favoráveis, uma vez que os preços do café se mantinham elevados, possibilitando a contínua expansão das lavouras cafeeiras. Junto a isto, o preço da mão-de-obra escrava também sofrera um grande aumento devido à promulgação da lei Bill Aberdeen, em 1850, a qual decretou a proibição do tráfico negreiro. Como aponta Costa (1999, p.322), entre 1876 e 1880, o valor dessa força de trabalho atingiu os mais altos níveis.

Uma das principais medidas para incentivar a vinda de imigrantes para o país foram as políticas de incentivo elaboradas pelo Estado, como por exemplo, a lei implementada pela administração da província de São Paulo em 1871, que autorizava o governo a emitir apólices de até seiscentos contos para auxiliar o pagamento das passagens dos imigrantes. Temos que entre os anos de 1871 e 1886 um aproximado de quarenta mil imigrantes, já nos anos posteriores a entrada de cerca de 122 mil, segundo Costa (1999, p.330).

O que havia nessa época era um grupo de fazendeiros desvinculados do sistema escravagista, em detrimento da mão-de-obra imigrante, e outro grupo formado pela lavoura tradicional que tentava resistir ao movimento abolicionista. Como destaca Costa, (1999, p.331) não havia uma divisão clara entre burguesia e aristocracia rural nesse período, uma vez que muitos dos que compunham a nascente burguesia – advogados, médicos, engenheiros, professores, funcionários burocráticos – advinham de camadas senhoris, ligados a estas tanto por laços familiares, quanto por interesses econômicos.

O grupo favorável ao abolicionismo era composto principalmente por representantes das classes urbanas, os quais começavam a ganhar notoriedade devido às transformações econômicas vigentes no país causadas pelo desenvolvimento das linhas férreas, pelo surgimento das primeiras empresas industriais, organismos de crédito e companhias de seguro.

Em 1888, devido ao conjunto de revoltas cada vez mais frequentes dos escravizados e da crescente adesão ao movimento abolicionista, teve-se a promulgação da abolição da escravatura. Todavia, como caracteriza Clóvis Moura, (1988, P.05) nesse período o Brasil já possuía iluminação a gás, cabo submarino, estradas de ferro que ligavam os interiores com os portos, construídos através do trabalho escravo, telefone, bancos estrangeiros, o início das primeiras fábricas a base de trabalho livre e organizações operárias, ou seja, tínhamos uma contradição entre a presença de características que representavam um estado capitalista clássico, europeu, mas com uma organização ideológica, jurídica e de costumes que seguiam os interesses das classes dominantes conservadoras que possuíam o poder, que criavam uma estrutura para preservar o tipo de propriedade fundamental da época.

Como assinala Clóvis Moura (1988, p.06):

O Brasil fez a Independência sem abolir o trabalho escravo e fez a Abolição sem acabar com o latifúndio. Isto determinou que a dinâmica social do Brasil fosse praticamente estrangulada, e o reflexo, especialmente da segunda mudança, até hoje traumatiza o seu desenvolvimento. O final da escravidão no Brasil dá-se em 1888. No entanto, ela já se decompunha. Em 1882 havia no Brasil 1.433.170 trabalhadores livres, 656.540 escravos e 2.822.583 desocupados nas seis principais províncias do Império: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. Essa massa desocupada, concentrada no campo, até hoje não foi integrada à sociedade civil como produtora dinâmica, em face da continuidade das relações latifundiárias no campo.

O cenário que se instaura através do estímulo à adesão da mão-de-obra imigrante de trabalhadores europeus em detrimento da utilização da mão-de-obra preta recém-liberta é de um enorme contingente de trabalhadores expropriados dos meios de produção, de terras e largados à própria sorte. Esse movimento foi sustentado através de ideologias racistas, como aponta Clóvis Moura, 1988, foram criados, além de um peneiramento racial, barreiras ideológicas para justificar a interiorização dos pretos e posteriormente um mito de democracia racial. As

consequências dessas medidas adotadas se refletem até os dias atuais, através da dívida histórica que coloca a população preta como a mais pauperizada. Os dados do IBGE, divulgados pela Fundação Perseu Abramo², indicam que em 2016 entre os 10% mais pobres no Brasil, 75,2% são negros.

Junto à abolição da escravidão ocorreu um deslocamento do poder político, acelerando o processo de decadência da oligarquia tradicional e abalando o sistema Monárquico do Brasil, como assinala Costa (1999. P. 295). O movimento de transição da mão-de-obra escrava para a livre significou um processo de liquidação da economia colonial do país, gerando uma mudança no estilo de vida e de valores da sociedade, todavia, não significando uma ruptura definitiva com o passado.

Costa (1999, p.296) irá retratar o processo de mudança do antigo regime colonial tradicional, para uma nova forma:

[...] O desenvolvimento da economia cafeeira manteve o país submetido a um novo tipo de dominação colonial, vinculado às correntes industriais e capitalistas internacionais. A racionalização dos métodos de produção, a transição da sociedade senhorial para a empresarial, a melhoria das condições de vida do trabalhador rural, a emancipação real do país fizeram parte de um processo ainda em curso.

Na segunda metade do século XIX o que se apresenta em curso são novas possibilidades de investimentos no mercado interno, geradas pela expansão das atividades cafeeiras. Tal expansão levou ao desenvolvimento do setor ferroviário, crescimento do sistema bancário e de centros urbanos, onde, com eles, fazia-se necessária a implementação de recursos como infraestrutura, rede de energia elétrica, serviços de água e esgoto, culminando no desenvolvimento de indústrias, como a civil, as quais necessitavam de um grande acúmulo de capital para se desenvolver.

O novo mercado de capitais será absorvido, também, pelos fazendeiros do café que irão buscar novos campos de investimentos. Além da maior dinamicidade no investimento de capital, tem-se a expansão do sistema de crédito que

² Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2018/11/30/negros-sao-78-entre-os-mais-pobres-e-somente-25-entre-os-mais-ricos/#:~:text=Negros-.Negros%20s%C3%A3o%2078%25%20entre%20os%20mais%20pobres%20e,25%25%20entre%20os%20mais%20ricos&text=Dados%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de,contra%2020%2C8%25%20brancos>. Acesso em: 20/09/2020.

possibilitou uma revolução tecnológica no setor produtivo, ao mesmo passo em que as demandas do mercado internacional haviam aumentado, criando possibilidades para a expansão e especialização da produção.

No período que se deu entre os anos de 1889 e 1920 o quantitativo de estabelecimentos industriais transitou de pouco mais de seiscentos para treze mil, assim como a população operária também teve um salto de cinquenta mil para trezentos mil (COSTA, 1999). O processo de urbanização se expandia ao mesmo passo em que se tinha a formação de uma burguesia cidadina.

Devido à expansão das camadas urbanas, o contingente habitacional das cidades passa a ganhar notoriedade no cenário político, obrigando os governantes a criarem medidas, ainda que pontuais, para ganhar o apoio dessa camada. A expansão da industrialização, atrelado ao processo de urbanização, cria questões internas e acentua as diferenças regionais no país.

A tensão causada pelo contraste entre as zonas rurais e urbanas, entre áreas com mais investimentos e outras “largadas à própria sorte” pelo poder público, irá criar conflitos na esfera política, resultando em movimentos revolucionários. Os principais personagens dessa nova etapa de divergências políticas serão as oligarquias rurais, a posição assumida pelo Exército na mística de “salvação nacional”, o choque entre as tendências industriais agrárias, somando-se às inquietações da pequena e média burguesia, com seu papel cada vez maior, trazendo consigo sua característica conservadora, a qual a impediam de tomar rumos revolucionários radicais. Temos também as demandas de uma nova camada de trabalhadores, o proletariado, que começa a se organizar nos centros urbanos, manifestando seu descontentamento através de greves cada vez mais frequentes.

Repercutiam no Congresso as reivindicações trabalhistas: jornadas de trabalho de oito horas, assistência aos acidentados em trabalho, melhoria do trabalho feminino, assistência ao menor, fixação da idade de 14 anos como idade mínima para admissão ao trabalho e outras reivindicações nesse estilo (COSTA, 1999. P. 424).

O cenário econômico que se instaura entre o final do século XIX e início do século XX é de uma economia exportadora, com apenas uma produção pontual de bens primários, onde grande parte do excedente aqui produzido era transferido para as economias centrais, seja através da importação de bens, seja elas práticas

financeiras impostas pelas economias centrais ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção, como coloca Marini (2013).

Com o objetivo de equilibrar o que é perdido no processo de transferência de valor, as classes dominantes locais buscam aumentar o valor absoluto da mais valia produzida pelos trabalhadores, levando à um processo de superexploração que é característico dos países dependentes. Essa exploração gera, nesses países, altos índices de desemprego, analfabetismo, salários baixíssimos, subnutrição e repressão policial.

2.2 O Estado brasileiro no período desenvolvimentista

2.2.1 Da revolução de 1930 ao golpe empresarial-militar: a falsa ilusão de um desenvolvimento autônomo

Temos, na década de 1920, a crise do mercado imperialista a qual colocará em xeque a forma de organização da produção nos países dependentes, como economias primárias exportadoras. A crise do setor externo, causada pela superacumulação do capital, gerou restrições no mercado de exportações e grandes dificuldades em abastecer o consumo interno, exigindo uma mudança nas atividades econômicas e produzindo como alternativa à industrialização por meio da substituição de importações, todavia, de acordo com o grau de desenvolvimento alcançado até então por cada país. Ianni (1989, p. 57), irá afirmar que, embora se tenha a mudança da organização produtiva, a forma como se organizava o sistema econômico anteriormente a década de 1930 impossibilitou que o Brasil pudesse ter as condições mínimas para uma total superação da estrutura econômico-social determinada pelo capital externo.

A nascente indústria brasileira do século XIX serviu apenas como complemento ao setor de exportação. Temos que a classe industrial era majoritariamente formada por imigrantes, os quais, por não estarem vinculados efetivamente à sociedade, não chegavam a ter conflitos efetivos com os interesses do setor agrário mercantil. Entretanto, como coloca Marini (2013, p.56), é a existência desse setor industrial que gera a base para a transformação da atividade

econômica quando se instaura a crise do mercado mundial. Apresentam-se aqui, novas possibilidades de investimento para o capital, estas destinadas a atender à demanda interna. Devido à crise na atividade exportadora, esse setor irá investir na indústria nascente, sendo esse investimento feito de forma direta ou através do sistema bancário.

O setor exportador brasileiro adotou medidas destinadas à proteção contra a crise, junto ao poder político, através de políticas como a defesa do emprego, a compra de parte da produção e a formação de reservas por parte do Estado. Com isso, este setor conseguiu manter suas atividades, e as dificuldades na importação estimularam a demanda efetiva do mercado interno, a qual seria satisfeita pela indústria, como aponta Marini (2013, p. 56).

A necessidade de fortificação da indústria no Brasil irá possibilitar um pacto de benefício mútuo, entre a burguesia industrial nascente e a burguesia agrária mercantil. Temos aqui a cooperação antagônica entre estas duas classes, a qual não excluirá seus conflitos de interesses. As principais divergências entre as burguesias agrária e industrial aparecem na política cambial de crédito, no objetivo da burguesia industrial em garantir, através do Estado, o desenvolvimento dos setores básicos através da apropriação dos excedentes produzidos pelo setor exportador (MARINI, 2013, p.57).

Como aponta Marini (2013, p.57), a segunda guerra mundial acaba por acelerar o processo de industrialização nos países da América Latina, gerando a necessidade de uma coalizão das classes dominantes nacionais para alcançar o desenvolvimento necessário das forças produtivas. Neste contexto, a burguesia industrial irá buscar novas alianças para garantir o desenvolvimento da indústria, sendo estas também com o proletariado, realizada através do apoio do Estado, posto como agente primordial para tal “conciliação”³. Para implementação de tal feito, assume nesse período governos denominados como populistas e bonapartistas.

Historicamente, e do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, esta situação corresponde ao fim da etapa da industrialização substitutiva de bens de consumo não duráveis, eleva a necessidade de

³ A palavra conciliação encontra-se entre aspas uma vez que a mesma se torna impossível entre a burguesia e o proletariado dentro de um modo de produção capitalista, isto porque estas classes sempre estarão em uma relação desproporcional, onde o capitalista necessita explorar a força de trabalho do proletariado para garantir a extração da mais-valia.

implementar uma indústria pesada, produtora de bens intermediários, de consumo durável e de capital (MARINI, 2013, p. 57).

Nos países que iniciam tardiamente em sua fase industrial, a industrialização precisa se instaurar em unidades de grandes proporções, se aproximando das empresas similares às das economias centrais. Octavio Ianni, (1989, p. 58), irá apontar o pensamento do autor François Perroux, *L'économie Des Jeunes Nations*, onde o mesmo coloca duas características principais do processo de industrialização dos países periféricos, sendo estas: de que os setores básicos irão requerer grandes e indivisíveis investimentos de capital; e estes investimentos necessários terão um longo período de maturação, o que irá exigir a intervenção estatal tanto para garantir capital necessário para certos tipos de investimentos e as condições necessárias para um mercado consumidor, através de políticas de distribuição de renda, assim como a proteção de pressões externas.

No cenário político tínhamos o movimento liberal pró-desenvolvimento industrial ganhando espaço. No entanto, o movimento da Aliança Liberal, que representava esse setor e que culminou na revolução de 1930, não significou uma total negação do sistema vigente. Como aponta Ianni (1989 p.132), a Aliança Liberal trazia consigo algumas reivindicações do setor proletariado, como estratégia eleitoral e forma de buscar uma aproximação com a classe trabalhadora para obter apoio da mesma na expansão da indústria nacional, sendo estas a adoção de uma legislação trabalhista adequada ao contexto emergente, que visava a proteção da indústria, a reforma do sistema de ensino e da administração pública, assim como à assistência às áreas empobrecidas. Todavia, medidas essas que significavam a realização da ideologia liberal dominante, uma vez que num Estado patrimonialista como o Brasil, tal ideologia só abre possibilidades de reformas parciais e de reintegração do sistema político nacional.

A Revolução de 1930, a despeito de não ter sido conduzida nem alimentada preponderantemente pelas burguesias industrial e financeira nascentes, nem pelo proletariado incipiente, deve ser interpretada como um momento superestrutural da “acumulação primitiva”, que funda a industrialização posterior. A revolução e a industrialização são momentos e configurações do mesmo período histórico de mercantilização espraçando-se pelo sistema. A conversão do capital agrícola em industrial está relacionada com o predomínio da mais valia relativa, sem suas determinações econômicas e socio-culturais. (IANNI, 1989. p. 136)

Como coloca Ianni (1989, p. 138) lentamente, as transformações internas do poder público integram-no à complexidade das forças econômicas e sociais em

desenvolvimento. Os revolucionários liberais passam a buscar um diálogo com a classe proletariada que os ajudara a alcançar o poder, sendo feito através de concessões pontuais. Tem-se nesse momento um processo de reintegração e reestruturação da vida política, econômica e social, que irá desembocar na Revolução Constitucionalista de 1932. Aqui, o grupo do Partido Democrático que apoiava a Aliança Liberal, forma frente única com o Partido Republicano Progressista (P.R.P.), buscando o plano federal, para que o processo revolucionário se completasse. Seguindo o pensamento de Antônio Carlos de Andrade, citado em Ianni (1989, p.138): “façamos a revolução antes que o povo faça”. Fazia-se necessária a consolidação do poder para evitar o fortalecimento das classes assalariadas.

No período entre 1930-34 destacam-se a criação do Conselho Federal do Comércio Exterior, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Departamento Nacional de Café, fixa-se oito horas diárias de jornada de trabalho industrial e o trabalho assalariado da mulher e dos menores na indústria ganham novas legislações que irão se apresentar na Constituinte de 1934. Neste momento o Estado amplia suas dimensões através de reformas institucionais.

Como aponta Gorender (1987, p. 16), os governos populistas, inaugurados por Getúlio, foram definidos pela associação entre trabalhismo e projeto de industrialização. O primeiro como propostas para a prole de um Estado que os protegeria e marcado por características paternalistas, enquanto o projeto de industrialização como um interesse comum entre os operários e burgueses. O populismo foi a forma ideológica que a burguesia encontrou para obter uma aliança com a classe operária para se instaurar uma nação industrializada e burguesa, caracterizada por massas populares com baixos níveis de consciência de classe.

Todavia, ao mesmo passo em que o populismo foi essencial para o desenvolvimento da indústria aos moldes brasileiros, este também criou bases para a inserção da classe operária na luta política e nas reivindicações econômicas. O movimento de consciência de classe cresce entre a prole e os trabalhadores passam a formular objetivos incompatíveis com a burguesia intrínseca no populismo e no processo de industrialização. Outro ponto que Gorender (1987), destaca nesse tipo de governo é que ele cria uma concepção nacionalista, de um desenvolvimentismo nacionalista entre as classes sociais.

Como aponta Ianni (1989, p. 60), o processo de reorientação do capital no Brasil, devido ao contexto de crise da economia mundial, onde ele passa a ser retido no interior da nação, favorece a dinamização do mercado interno. O capital excedente do setor agrícola exportador que é apropriado pelo capital internacional para se tornar capital industrial no exterior reduz-se, dando andamento ao processo de industrialização no país. Para alcançar a reorientação do capital faz-se necessária a reestruturação de todo o sistema de relações constituído no regime anterior, sendo estas de política cambial, monetária, fiscal, tarifária, etc.

O Estado passa a adquirir um novo papel perante o cenário político econômico posto, onde a nação começa a voltar-se para si mesma. Já pairava naquele momento a consciência dos problemas econômicos, traduzindo-se em políticas de benefício nacional, como o Código de Minas e o Código de águas de 1934, os quais visavam à exploração de fontes de energia e em 1938 a criação do Conselho Nacional de Petróleo, necessário à expansão da indústria brasileira em benefício da economia nacional. O poder público reaparece mais participativo em suas funções mais complexas, onde o Estado se torna a zona de convergência das reivindicações sociais e dos interesses do capital, tendendo sempre para o lado do segundo, recebendo tarefas específicas da política econômica, em face das transformações econômico-sociais vigentes.

Segundo Osório (2014, p. 211), o Estado assume duas funções no período desenvolvimentista, sendo estas de investimentos em setores ainda não rentáveis para os empresários locais e estrangeiros ou então nas atividades que, devido seu papel estratégico ficariam nas mãos do Estado, como infraestrutura, estradas e petróleo; e a elaboração de funções e instituições que culminaram no aumento do emprego estatal e, com ele, da demanda interna, a qual irá incentivar o mercado ainda incipiente do setor industrial. Temos que estas duas funções adotadas pelo Estado são imprescindíveis para o desenvolvimento industrial dos países periféricos. A crescente hegemonia da burguesia industrial encontrará “no Estado sua principal arma para impor seu projeto econômico e societário” (OSÓRIO, 2014, p.212).

A burguesia industrial encontrará aliados imprescindíveis para implementação do novo projeto nos setores da pequena e média burguesia, as quais encontram na industrialização oportunidades de investimentos e espaços de

maior abertura política, assim como na crescente camada operária, que visava novas oportunidades de emprego nas indústrias e de alianças políticas que os favorecessem. Como aponta Osorio (2014, p. 213) o Estado desenvolvimentista hegemoniza os interesses sociais desse projeto, assim como as tarefas e alianças necessárias para a industrialização.

Com o desenvolvimento industrial no Brasil, tínhamos o setor agrário majoritariamente voltado para fora e o crescimento da indústria voltada para o mercado interno. Todavia, era clara a necessidade de não ter que depender das ferramentas e maquinários importados, era necessária a produção dos mesmos (OSÓRIO, 2014). Devido ao contexto da segunda guerra mundial e da aliança aos Estados Unidos, Vargas vai determinar a construção da Usina siderúrgica de Volta Redonda como preço desta aliança, tendo esse movimento denominado como “chantagem do subdesenvolvimento”. O aço produzido pela mesma passa a ser explorado também para a remodelação do nosso primeiro parque industrial. A construção da Usina adquire, também, um papel ideológico na desmistificação do mito de que o Brasil seria uma nação essencialmente agrícola, vinculada à exportação.

É preciso reestruturar e sistemas em seus segmentos dominantes, para que o destino do excedente econômico seja outro. Por isso é que as relações da nação com o imperialismo se colocam em outros termos. Por isso é que Vargas faz a *chantagem* do subdesenvolvimento, diante da Alemanha e dos Estados Unidos, para instalar a Companhia Siderúrgica Nacional. Como a revolução burguesa em andamento não se havia apoiado numa ruptura com o imperialismo, a luta contra este foi conduzida por meio de ambiguidades, que aparecem contraditórias à análise apressada. Nesse processo de redefinição das relações do país no seio do sistema mundial, reestrutura-se também o aparelho estatal. (IANNI, Octavio. 1989, p.60-61).

É neste momento de avanço da industrialização e da urbanização que temos o marco da gênese das políticas sociais no Brasil, tanto pela luta da classe trabalhadora quanto pela necessidade de controle da mesma por parte das classes dominantes. Sendo assim, tais políticas sociais nascem com viés ideológico de controle da população operária, através da concessão de direitos básicos, como saúde, educação e transporte. As políticas sociais implementadas neste período possuem, segundo Faleiros, (2000) três pilares: Cobertura do risco de trabalho, proteção à saúde e atendimento assistencial.

As medidas de cobertura do risco de trabalho eram fundamentais para garantir o desenvolvimento produtivo, uma vez que para estimular a participação operária e diminuir os riscos de greves faz-se necessária uma rede mínima de apoio a esses trabalhadores. A proteção à saúde na época era limitada e voltada para os centros urbanos, sendo formada por instituições privadas e filantrópicas. O Estado aparece através de ações preventivas, campanhas sanitárias direcionadas à questão urbana, com características de limpeza e organização. O atendimento assistencial limita-se ao assistencialismo, através de obras de caridade e do primeiro damismo, ou através de medidas pontuais para apenas os trabalhadores contribuintes.

Faleiros, (2000) irá caracterizar as políticas sociais no período que se deu entre a revolução de 1930 e a década de 1960 como políticas que garantissem a reprodução da força de trabalho, legitimidade política, manutenção da ordem vigente e que possibilitassem a ampliação do consumo no mercado interno. Neste primeiro período elas possuirão uma expansão lenta e seletiva com caráter corporativista, fragmentado e clientelista.

Para que se alcançasse a ampliação do mercado para a indústria leve, faziam-se necessários maiores montantes de capital de investimentos e, com isso, o aumento da transferência de capital do setor exportador, através da instauração de barreiras alfandegárias. Todavia, ao tentar implementar essa medida, a burguesia nacional se choca tanto com o setor latifundiário mercantil, quanto com o capital internacional, o qual a economia se vincula devido às atividades de importação e exportação, como coloca Marini (2013).

A partir do momento em que a burguesia nacional dos países periféricos vê a necessidade de desenvolver seu próprio setor de bens de capital, a mesma irá esbarrar com os interesses do capital externo. Como aponta Marini (2013) o motivo central do fracasso da burguesia nacional foi devido ao condicionamento da economia nacional ao capital externo decorrente desde sua gênese. A industrialização brasileira perde, então, a possibilidade de um desenvolvimento autônomo, realizando-se através da colaboração com os capitais externos. Só seria possível que a mesma tomasse vias autônomas através de um modo de produção socialista.

O desenvolvimento do setor industrial, nos países periféricos, proposto a produzir para o mercado interno atraiu o capital estrangeiro em busca de oportunidades de investimento. Havia a necessidade da aquisição de máquinas, matérias-primas e técnicas, determinantes para o desenvolvimento da economia nacional e, paralelamente a isso, nos países centrais o período de reposição do capital fixo reduziu-se, surgindo a necessidade de exportar equipamentos e maquinários, que se tornavam obsoletos. Segundo Ianni (1989). Temos que o capital internacional, seguindo o fluxo natural da circulação e reprodução, irá se orientar para o mercado brasileiro.

O Esgotamento do Estado desenvolvimentista se deve, principalmente, às transformações econômicas dos novos setores produtivos que se intensificam entre as décadas de 1950 e 1960, juntamente com o fortalecimento do capital estrangeiro recuperado do pós-segunda guerra, o qual necessitava exportar sua infraestrutura e maquinários que se tornaram obsoletos, devido ao aumento do tempo de rotatividade do capital fixo. Essas mudanças econômicas trazidas pela aliança da burguesia industrial ao capital estrangeiro culminam em divisões sociais e políticas no interior das classes dominantes, colocando em questão a industrialização estendida e diversificada, que marcou o primeiro momento, em detrimento de uma industrialização seletiva e concentrada, como afirma Osório (2014, p. 213).

Embora tentasse, o governo de Café Filho não conseguiu abafar o populismo. Este ganhou continuidade no governo de Juscelino Kubitschek, onde, embora o mesmo não fosse populista, seu vice-presidente, João Goulart, levou adiante essas ideias (GORENDER, 1987, P. 17). O Plano de Metas de JK é implementado num novo contexto econômico, de ampliação da inserção de capital estrangeiro no país, uma vez que após a recuperação econômica da segunda guerra mundial os países Europeus e o Japão passam a investir no mercado brasileiro. Como aborda Gorender (1987, p.18), tal feito acaba por obrigar o capital norte-americano a também aderir ao *boom* da industrialização na América Latina, tendo como exemplo de resultado dessa síntese a construção de Brasília.

Para conseguir aumentar o montante de capital de investimento advindo do capital exportador, a burguesia industrial tende a ceder às reivindicações do setor agrário através de facilidades e incentivos. No processo de conciliar tais medidas e

manter a acumulação de capital necessária para a segunda etapa do desenvolvimento industrial, a solução encontrada pelas classes dominantes é o que Marini, (2013) aponta como fenômeno da superexploração do trabalho, presente nos países periféricos, onde recai sobre os trabalhadores da cidade e do campo o esforço da capitalização.

Ao reatar com as antigas classes dominantes, a burguesia industrial desfaz sua aliança tática com a classe trabalhadora, que se concretizou com o fim do modelo de desenvolvimento autônomo e diversificado, devido à influência do capital externo que passa a penetrar cada vez mais na economia nacional, se intensificando nos anos de 1950. A necessidade do capital externo em investir seus excedentes e seus meios de produção que nos países centrais se tornavam obsoletos, junto com a necessidade do país em obter meios de produção e capital de investimento para levar a cabo a intensificação do seu setor industrial funcionará como uma via de mão dupla nesse momento. O desenvolvimento passará a se realizar através do sistema de associação de capitais com o capital externo.

Desta forma, a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que o anterior. O mecanismo da associação de capitais é a forma que consagra esta integração, que não apenas desnacionaliza definitivamente a burguesia local, como também, entrelaça a diminuição relativa do emprego de mão-de-obra própria do setor secundário latino-americano, consolida a prática abusiva de preços como meio para compensar a redução concomitante do mercado, tendo em vista que os preços se fixam segundo o custo de produção das empresas tecnologicamente mais atrasadas. MARINI. 2013. P.62)

Já na década de 1960, o movimento proletariado encontra-se em erupção de suas reivindicações, assim como ganha força a questão da reforma agrária. Jânio Quadros e seu vice, João Goulart, assumem o poder, todavia o quadro político e econômico que se observava na época era de inflação crescente, pagamento de dívidas externas, balança comercial deficitária, dificuldades de importação de bens essenciais, entre outros. Temos que combinação com capital externo, junto com o abandono da política bonapartista e das concepções de um desenvolvimento autônomo, levam à queda dos regimes liberais democráticos na América Latina. No Brasil, o governo de Jango, que assumiu após a renúncia de Jânio Quadros, é interrompido no último ano pelo golpe de estado, civil-militar, levando ao regime ditatorial de 1964-1985.

2.2.2 O golpe de 1964: a aliança entre a burguesia nacional e a imperialista

A ditadura buscou concentrar o poder do Estado, com o objetivo de criar as condições econômicas e políticas necessárias para dar continuidade ao projeto de desenvolvimento econômico subordinado ao capital internacional, atrelado ao setor agroexportador e sob a exploração do trabalhador urbano e rural (Ianni, 1981, p.33). O contexto posto a partir da década de 1950 foi da ascensão dos movimentos populares, greves e manifestações em busca de reformas de base, que se fortificam atreladas à contradição da burguesia. Para levar a cabo o projeto de fortificação da indústria de base, a burguesia industrial encontra como principal aliado o Estado, o qual através dos governos populistas, irá implementar o processo de industrialização com o apoio de parcelas da classe trabalhadora, incentivada pelas concessões e implementações de direitos básicos, como trabalhistas, transporte e educação. A contradição da burguesia se dará justamente no momento onde ao passo em que se associa à classe trabalhadora para a intensificação do processo de industrialização, ela também fornece a essa mesma classe os meios de se fortalecer e reivindicar direitos contra a própria burguesia.

Segundo Osório (2014, p.215), o período ditatorial marca:

O fim do projeto de industrialização diversificada e a orientação do processo para uma industrialização cada vez mais seletiva – prenúncio da especialização produtiva exportadora posterior – marcou o esgotamento das possibilidades do capital latino-americano manter as amplas alianças de classes com os setores dominados, em particular com a pequena burguesia e o proletariado industrial, estabelecidas na primeira fase daquele projeto.

A principal barreira encontrada pela burguesia em implementar esse projeto foi o fortalecimento da classe trabalhadora estabelecido no primeiro projeto, da pequena burguesia nacional e assalariada do setor público, que tanto cresce numerosamente, como passam a se organizar em sindicatos e se inserirem na vida política, caracterizando o período entre 1950 a 1960. Tal organização culminou em manifestações e movimentos populares que reivindicavam serviços básicos, por espaços na vida política, econômica e institucional.

O governo do então presidente João Goulart (1961-64) esteve acompanhado por crises econômicas e políticas, onde, segundo Ianni (1981, p.33)

se teve o crescimento das taxas de inflação em contraposição à redução das taxas de crescimento, o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* passou de 4,1 em 1961, para menos de 1,8 em 1963. Tivemos, também, as reivindicações da classe trabalhadora por reformas de base expressas em manifestações e ocupações de terras, os debates a favor da Reforma Agrária; e o posicionamento de Jango em seus pronunciamentos, como no comício de março de 1964⁴, onde o mesmo defendeu reivindicações da classe trabalhadora; que levaram ao golpe de Estado de 1964.

A possibilidade da reeleição de João Goulart e, com ele, do viés de um desenvolvimento econômico atrelado ao interesse nacional e a possibilidades de movimentos revolucionários por parte da classe operária⁵, ameaçavam os interesses do capital internacional, fazendo com que o mesmo se aliasse à burguesia nacional para implementar o golpe de Estado de 1964 e garantir um desenvolvimento sob os moldes do capital monopolista de base imperialista. Como coloca Ianni (1981, p.33): “Nestes anos, desabrochou a contradição entre as possibilidades políticas da democracia burguesa, de base populista, e as exigências do capital monopolista, de base imperialista”.

A ditadura empresarial-militar trará como doutrina de governo o lema “segurança e desenvolvimento” e irá concentrar o poder do Estado de forma que favoreça e impulse a acumulação monopolista. Esse lema dizia respeito às determinações “políticas e econômicas, práticas e ideológicas, da acumulação monopolista” (IANNI, 1981, p.34), a qual passa a determinar o formato e as ações do Estado. Neste período, o capital monopolista se entranha com maior intensidade no aparelho estatal, também exercendo influência em diversos outros setores, como na educação, na indústria cultural, na vida política e na tecnocracia estatal, configurando uma ditadura militar-burguesa e um Estado fascista, como aponta Ianni (1981, p. 34).

O encerramento da aliança entre a burguesia industrial e a classe trabalhadora, a qual será levada a se submeter às novas exigências do capital, dará início a um novo modelo de Estado, denominado por Osório (2014, p.216), com base em Marini, de Estado contrainsurgente. O termo contrainsurgente é um

⁴ O dia que durou 21 anos. Direção de Danilo Galli Tavares. Brasil: Pequi Filmes, 2003. 77 min

⁵ O dia que durou 21 anos. Direção de Danilo Galli Tavares. Brasil: Pequi Filmes, 2003. 77 min

termo militar que diz respeito ao movimento contrário à suposta insurgência do movimento socialista revolucionário posto no seio da nação. Na busca para combater esse suposto inimigo interno as forças armadas, apoiadas na burguesia, irão implementar o golpe empresarial-militar de 1964.

As tendências das ditaduras militares implementadas na América Latina são de fechamento dos parlamentos, retirada dos partidos políticos, submissão do poder judicial em contraposição à supremacia do poder executivo, a censura dos meios de comunicação e cassação dos líderes sindicais, através do uso excessivo da violência. Contudo, essa violência possuía um objetivo específico, o de estabelecer o controle da população, principalmente da classe operária, para que fosse possível implementar novas formas de reprodução do capital, em favor da intensificação da exploração do trabalho. Osório (2014, p. 220) irá classificar esse processo como um momento em que se estabeleceu um novo padrão de produção, o qual aprofundava o papel de subordinação das economias dependentes, não integrava as necessidades da classe trabalhadora ao mercado e ampliava os mecanismos de superexploração.

O país ingressou numa nova fase política e econômica, onde se teve a concentração e a centralização do capital em níveis ampliados, favorecendo o capital monopolista em conformidade com o imperialismo. O capital externo passa a penetrar cada vez mais na economia brasileira e nos setores produtivos através da formação e desenvolvimento das práticas de associações de capitais e fusões de empresas, como: de estrangeiras com nacionais, estrangeiras entre si, entre empresas nacionais e estatais e até mesmo dos três setores juntos, nacionais, estatais e estrangeiras. Como aponta Ianni (1981, p. 50), através dessas fusões se teve o desenvolvimento dos monopólios no Brasil. A monopolização da economia brasileira foi impulsionada pelo próprio Estado, através de políticas fiscais, creditícias e tarifárias, e de políticas que favoreceram a capitalização das grandes empresas e a absorção das pequenas, com menos força, e empresas débeis pelas mais poderosas.

Ianni (1981, p.36) irá classificar três setores importantes da economia brasileira, os quais serão o tripé do capitalismo no Brasil, sendo estes: o imperialista, o nacional e o estatal. Estes setores terão uma relação de articulação entre si ao mesmo tempo em que apresentarão disputas internas. O consenso

entre tais setores se dá na superexploração da classe trabalhadora para atingir altos níveis de expropriação de mais-valia, onde a discordância se instaura, quanto à repartição da mesma. O desenvolvimento desses três setores ocorre de forma desigual, onde as empresas imperialistas apresentam maiores índices de apropriação da mais-valia, uma vez que se distribuem por todos os setores econômicos, como indústria, agropecuária, bancos e comércio, através de multinacionais com um grande volume de capital, já as estatais se alocam apenas em “áreas estratégicas”, ou setores de infraestrutura que irão propiciar o desenvolvimento do capital e as empresas privadas nacionais que, embora sejam mais numerosas e também se distribuam por todos os setores da economia, possuem bem menos força que as multinacionais estrangeiras, abocanhando uma menor parcela da mais-valia, por não conseguir competir igualmente com o grande capital internacional.

O fato é que o setor imperialista muito se beneficiou, em termos de ganhos, com a política econômica dos governos militares. Alguns dados referentes a 1974 mostram que o faturamento das empresas estrangeiras alcançou 42,8% do total, enquanto que as nacionais privadas chegaram a 32,0%, e as estatais atingiram apenas 25,2%. [...] Na economia política da ditadura, tanto o setor estatal, como o privado nacional acabam por articular-se de forma subordinada ao setor imperialista. Isto é, o imperialismo beneficia-se amplamente das economias externas e da mais-valia proporcionadas pelos setores nacional e estatal (IANNI. 1981. P. 46-49).

O lema dos governos ditatoriais de “segurança nacional” será utilizado para justificar a centralização do setor estatal em alguns setores econômicos, que levará a formação de grandes monopólios estatais, advindos da crescente absorção de capitais menores pelos mais poderosos, caracterizando o “campo de atuação direta do Estado nos setores de infraestrutura econômica” (IANNI, 1981, p. 41). Essa forma de atuação já vinha ganhando força desde o governo de Juscelino Kubitschek (1956-60), que vinha diversificando e dinamizando a atuação estatal na expansão do capitalismo brasileiro.

Junto à expansão do capital monopolista também se desenvolveu o capital financeiro, fruto da articulação entre o capital bancário, o capital industrial e o capital comercial, influenciando ativamente a figura do Estado e sua relação com as classes dominante e trabalhadora, se refletindo em novas formas de expropriação da segunda, as quais irão recair sobre o fundo público e as políticas

sociais. Temos que a partir desse período os setores nacional, privado e estatal passam a se desenvolver sob as exigências do capital financeiro monopolista.

Uma vez que se fazia necessária a repressão da população para manter o controle da mesma, também era necessária a atuação dos governos em áreas sociais para conter revoltas. A partir disso, os governos militares passaram a elaborar políticas sociais como a formulação de uma política habitacional, a qual combinou formas de expropriação direta e indireta da classe trabalhadora. Era uma relação de ganho mútuo entre o Estado e o setor privado, onde o primeiro desenvolvia uma política para amenizar problemas “sociais” e o segundo lucrava construindo habitações populares.

Tal política foi formulada a partir da demanda da grande parcela da classe trabalhadora que não dispunha recursos para obter uma moradia própria, e implementada através de um sistema de financiamento que era obrigatoriamente a longo prazo. O governo criou, então, o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo, (Serfhou), em 1964 (IANNI,1981, p.18), com o objetivo de recolher orçamentos para a questão habitacional. Em 1966 o governo instituiu uma nova forma de arrecadação de recursos para o BNH, essa advinda do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da Lei nº 5.107/1966. Tal programa contribuiu para atenuar o problema da moradia, mas atendeu aos interesses do grande capital em formação.

Faleiros (2000, p.48) irá caracterizar esse período pela consolidação institucional e tentativa de reestruturação conservadora em seus últimos anos. Segundo o mesmo autor, no âmbito das políticas sociais foi implementado um modelo “assistencial-industrial-tecnocrático-militar”, o qual deu continuidade ao modelo fragmentado e desigual das políticas sociais, que buscava fortalecer a burguesia, criar uma clientela consumidora dos seus produtos e dinamizar a acumulação. As políticas sociais tinham também por objetivo a adesão da população e legitimação do governo militar, além de ser uma forma de estabelecer um controle social. As principais características das políticas sociais nesse período (FALEIROS, 2000, p.49) foram: expansão máxima e consolidação, mas, de forma tecnocrática e conservadora – retirando a dinâmica da expansão dos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos; fragmentadas e desiguais

na incorporação social da população em extratos de acesso; privatização dos direitos sociais; e da universalização, unificação e uniformização.

Destaca-se nesse período a ampliação dos direitos previdenciários. Em 1966 os institutos de previdência foram unificados em um só, denominado Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), com o objetivo de centralizar o poder na mão do Estado e unificar para facilitar o controle. O governo federal passa a nomear os gestores do instituto, deixando a gestão nas mãos de tecnocratas e quebrando qualquer negociação possível do trabalhador com a gestão, e a política passa a ser tratada como uma questão técnica e atuarial. Foram feitos convênios entre o INPS e as grandes empresas, onde estas se aproveitaram da relação do Estado com o capital para aumentar a produtividade de suas empresas, como foi o caso da saúde e segurança do trabalho, solicitando que os trabalhadores fossem atendidos no próprio local de trabalho.

Uma vez que se estabeleceu a expansão dos direitos sociais – de forma desigual e fragmentada –, em detrimento dos direitos civis e políticos, nesse período ocorreram conquistas por partes da classe trabalhadora, como foi o caso da criação do FUNRURAL em 1971, que abrangia os trabalhadores rurais, em 1972 a política previdenciária passou a abranger as empregadas domésticas, em 1973 aos jogadores de futebol e 1978 aos ambulantes (FALEIROS, 2000, p.47). Estes benefícios previdenciários, em especial na área rural, não foram apenas uma mera concessão do Estado capitalista, eles tinham por objetivo ganhar apoio popular, uma vez que era estratégico obter o apoio dos trabalhadores rurais nas eleições e, através disso, também conseguir estimular a economia no meio rural através da distribuição de renda. Além dos benefícios previdenciários, em 1974 os idosos empobrecidos passaram a ter direito à uma renda mensal vitalícia no valor de uma salário mínimo, todavia, apenas para aqueles que tivessem contribuído por pelo menos um ano para a Previdência Social (FALEIROS, 2000, p.48). Neste período também foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social da LBA (Legião Brasileira de Assistência), Central de Medicamentos (Ceme), Empresa de Processamento de dados da Previdência Social (Dataprev) e em 1977, foi criado o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (Sinpas), o qual era fruto da unificação do INPS, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e o Instituto Nacional de Previdência Social (Iaps).

Os modelos de privatização de direitos sociais ganham força nesse período, marcando um momento de grande inserção do capital, principalmente estrangeiro, nas áreas de educação, inaugurando faculdades e colégios privados, na previdência, ampliando os institutos de previdência privada e em 1977 feita à regulamentação dos mesmos (FALEIROS, 2000, p.48), e na área da saúde com a ampliação de hospitais privados e com o desenvolvimento dos planos de saúde. Nesse momento, a desigualdade social estava exacerbada e, como aponta Faleiros (2000, p.48), havia em 1977 quarenta milhões de brasileiros sem nenhum tipo de acesso a serviços médicos, uma vez que estes eram obtidos apenas através do setor privado, para os mais ricos, dos planos de saúde para uma parcela da classe média ou assalariados e através do serviço público para quem contribuía com a previdência.

Entre os anos de 1963 e 1967 a economia brasileira passou por um período de estagnação, o que mudou num segundo momento entre 1968 e 1974 (IANNI, 1981), quando foram alcançados altos níveis de desenvolvimento das forças produtivas, graças ao uso da violência estatal, do aumento da exploração dos trabalhadores urbanos e rurais e da aliança entre o capital privado e o estatal. É o setor estatal que irá sustentar estas mudanças, através de políticas de incentivos fiscais, da dinamização da acumulação capitalista nos setores privados e das empresas estatais que irão realizar as tarefas que dão base para o desenvolvimento capitalista de base industrial, como os setores de energia elétrica, siderúrgica e as indústrias de construções, habitação e planejamento urbano.

O período ditatorial, segundo Ianni (1981, p. 5) adotou o planejamento como técnica de retórica de governo, onde os governantes e funcionários do Estado afirmavam que o mesmo era uma técnica neutra, assim como a ação do Estado era politicamente neutra, a qual serviria para aperfeiçoar a política de desenvolvimento sem interferir no mercado e na “liberdade”. Nesse momento, buscou-se fortalecer o aparelho estatal, com ênfase ao poder Executivo, em prol do favorecimento e dinamização da acumulação monopolista.

Uma vez que, em um governo autoritário, o qual possui como características principais a proibição do debate político e a expropriação do trabalhador, tanto da cidade quanto do campo, era primordial mecanismos que buscassem legitimá-lo. Este será feito através de uma ideologização sistemática, onde a ação do

governo seguirá um planejamento que objetiva supostamente a promoção do desenvolvimento econômico social. Ianni (1981, p.6) irá citar a Reforma Administrativa, Decreto de Lei nº200 de fevereiro de 1967, a qual apresenta planos e programas do governo que compreendem “à elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos: plano geral de governo; programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual; orçamento-programa anual; programação financeira de desembolso”.

Para evitar que as ações governamentais pudessem sofrer quaisquer influências políticas de reivindicações das classes assalariadas, foram adotadas como medidas a supressão dos partidos, dando lugar a um sistema bipartidário que facilitou o controle, o governo passa a intervir nos sindicatos e é retirada a capacidade decisória do Congresso Nacional. A busca por uma “sistemática” e “coerência” do governo ditatorial, apontada por Ianni (1981, p.7), desaguou nas políticas de arrocho salarial, à prisão e tortura de líderes operários e camponeses e ao aumento das taxas de superexploração da classe trabalhadora. O planejamento econômico estatal passa a ganhar forma de força produtiva complementar, junto ao capital, à força de trabalho, à tecnologia e à divisão do trabalho. O Estado atua, como classifica Ianni (1981, p.46), “uma espécie de capitalista coletivo”.

Os governos militares irão colocar em prática os planos e programas da ditadura, sendo estes o Programa de Ação Econômica do Governo, de 1964-1966, as Diretrizes de governo de 1967-1969 e o plano decenal de desenvolvimento Econômico Social, no mesmo período; O programa estratégico de desenvolvimento de 1968-1970; as Metas e bases para a ação do governo, de 1970- 1971; o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1972-1974; o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento de 1975-1979; e o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento de 1980-1985.

Todos estes planos, programas e diretrizes tinham por objetivo os três traços da economia política da ditadura, caracterizados por Ianni (1981, p. 43), como: o primeiro, que dizia respeito ao planejamento econômico estatal, que se transformou numa poderosa força produtiva, onde o Estado “mobilizou recursos políticos, organizacionais, científicos e técnicos, de modo a favorecer e a orientar, reorientar, dinamizar ou diversificar as atividades produtivas” (IANNI, 1981, p.43); o segundo diz respeito à violência Estatal, como uma técnica política e econômica de controle

da classe trabalhadora; e o terceiro o papel, o capital financeiro, que “sob condições monopolísticas passa a determinar amplamente a fisionomia e os movimentos do Estado” (IANNI, 1981, p.44).

O desenvolvimento do capital monopolista levou à necessidade de integração e articulação das diversas regiões do país. Sendo assim, a ditadura procurou formas de dinamizar a expansão do capitalismo no campo, oferecendo incentivos à formação e expansão de empresas, principalmente nas regiões, norte, nordeste e centro-oeste. Para isso, os governos ditatoriais criaram projetos, programas e órgãos que promovessem tal integração, resultando na expansão dos latifúndios pelo território nacional, em especial na região da Amazônia Legal, propiciado pelas políticas de incentivo à exploração das terras e à migração nesta região. O poder estatal criou, então, órgãos para colocar em prática sua política econômica, sendo alguns destes: o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), 1952 e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), 1966.

Como aponta Ianni (1981, p. 16):

Dinamizavam-se as forças produtivas e as relações de produção nessas e outras regiões; intensificava a subordinação formal e real do trabalho ao capital; deslocavam-se contingentes do exército de trabalhadores de reserva do Nordeste, do Sul e outras regiões do país para a Amazônia.

O mercado Latino Americano se torna extremamente atrativo para o capital internacional imperialista, não apenas pela lei da oferta e demanda, onde tal mercado irá oferecer as melhores condições de exploração do trabalho e extração de mais-valia, mas também pela possibilidade de influência política, onde o capital internacional tem maiores chances de levar a cabo seus projetos. Os dizeres da ditadura de implementar governos “neutros” e tecnocratas serviram, na verdade, para dar a abertura necessária para o capital imperialista implementar projetos que iam de acordo com seus interesses econômicos e sociais.

O Estado contra insurgente será uma manobra política que criará as bases para o neoliberalismo, suas dinâmicas de mercado e políticas neoliberais que abrigavam a reprodução ampliada do capital. O poder do Estado é centralizado e hegemônico pelos setores do capital privado – o financeiro, o comercial, o industrial e o agrário – onde o primeiro, em contrapartida fortalece econômica e politicamente estes setores. A ampliação dos processos de privatizações que se sucedem na ditadura irá fortalecer o poder dos setores do capital, sendo feitas

através da venda de empresas estatais a preços irrisórios e da mercadorização de setores básicos, como a saúde, educação, moradia e dos fundos de pensão. Junto a isso, a intensificação do processo de exploração do trabalho, com a desintegração dos sindicatos e organizações de defesa da classe trabalhadora, e a flexibilização das leis trabalhistas, o período ditatorial deu início a uma nova fase de configuração da pobreza, já não sendo mais sinônimo de desemprego, mas de extrema precarização do trabalho.

O crescente avanço do projeto neoliberal pelo mundo, na década de 1970, serviu para diluir o suposto estado de bem estar social que havia nos países centrais. Os governos de Ronald Reagan, nos EUA, e o de Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha, junto à queda da antiga União Soviética e com ela da força dos segmentos socialistas, irão marcar o avanço das políticas neoliberais, traduzidas na superexploração do trabalho, na desintegração de direitos sociais, na implementação de políticas de reajustes fiscais ao redor do mundo, coordenadas pelo Banco mundial e pelo Fundo Monetário Internacional e no desmonte das políticas sociais, em especial, da seguridade social.

Esta década caracterizou um momento “no qual se dilapidou a mercadoria mais fundamental do processo de trabalho [...] – a força de trabalho” (MENDONÇA e FONTES, 1994, p.67) e intensificou medidas de arrocho salarial. Durante este período o salário mínimo chegou a índices baixíssimos, como mostra dados do DIEESE (Boletim, abr. 1982, p. 11-2) nos respectivos anos: 1970, de R\$ 690,00, 1974, de R\$ 540,00, 1979 de R\$ 610,00. O “milagre econômico” já não podia mais ser mantido por medidas de arrocho salarial, no entanto, a repressão política e a aliança da ditadura com o grande capital fez com que o salário se mantivesse em níveis ínfimos.

A crise econômica se soma aos problemas sociais enfrentados pela classe trabalhadora, uma vez que com salários irrisórios tinham grandes dificuldades em garantir sua própria reprodução, com precárias realidades de alimentação, saúde e habitação. Na década de 1970 eclodem movimentos populares, ainda sem uma organização política, como aponta Mendonça e Fontes (1994, p.68), assim como crises no setor da saúde, causadas por epidemias, como o surto de meningite iniciado em 1974. A doença se alastra por todas as camadas de classes sociais, de forma democrática, a única possível no período. Como parte do projeto de governo

ditatorial, as notícias em torno da epidemia de meningite são abafadas e ocultadas⁶, com o intuito de manter a população às cegas e contar possíveis manifestações. Temos também o aumento expressivo dos acidentes de trabalho, causados pela “inexistência de dispositivos efetivos de segurança do trabalho” (MENDONÇA e FONTES, 1994, p.68), que levaram a reações populares, como a destruição de trens e ônibus no Rio de Janeiro e São Paulo (MENDONÇA e FONTES, 1994, p.69), porém, sem organização política, apresentando-se apenas como manifestações espontâneas contra a precarização. O aumento da desigualdade social também aparece de forma exacerbada durante a década de 1970, representada na expectativa de vida de 14 anos a mais de diferença entre quem recebia menos de um salário mínimo e quem recebia mais de cinco salários mínimos (POSSAS, 1976, p.27).

A questão habitacional se alastra nesse período devido à compressão salarial, onde as grandes cidades serão rodeadas por periferias com habitações irregulares, ampliando as favelas já existentes e surgindo outras novas. Essas comunidades possuíam em comum a falta de serviços de saneamento básico, rede elétrica, escolas e hospitais. Com o intuito de criar alternativas para amenizar os problemas existentes nessas regiões, surge a iniciativa de participação popular, realizada através de Associações de Moradores e Sociedades de Amigos do Bairro, onde integravam membros das próprias comunidades para debater propostas e reivindicar melhorias. Embora essas associações já existissem, nesse período elas passam a ter uma nova concepção, como coloca Mendonça e Fontes (1994, p. 70), “uma nova concepção de organização – *autonomia* perante o Estado”.

Os sindicatos eram completamente submetidos ao Estado e, embora tenham sido tomadas medidas de controle e inserção do Estado na gestão dos mesmos, o poder Estatal ditatorial não foi capaz de alcançar legitimidade através de sua

⁶ Aqui fazemos uma comparação com a atual situação política do país. O momento é de enfrentamento à crise epidemiológica causada pelo COVID-19 e o que temos de resposta do governo de Jair Messias Bolsonaro é a ocultação de dados e os impactos da doença sobre a população brasileira. Como pode ser visto na medida tomada pelo governo de retirada do site do Ministério da Saúde os dados sobre a quantidade de mortes e pessoas infectadas pela COVID-19, por vinte e quatro horas, no dia 6 de junho de 2020, sendo obrigado, pela pressão popular e da mídia, a voltar a exibir o documento, todavia, este foi feito de forma incompleta (Matheus Rodrigues, G1 política, Brasília, 06 de março de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/apos-reduzir-boletim-governo-bolsonaro-retira-dados-acumulados-da-covid-19-de-site-oficial.ghtml>> Acesso em: 16 de agosto de 2020, as 19h11minh).

política burocratiza-assistencialista-tecnocrática. Em 1978 ocorreu uma mobilização dos sindicalistas do ABC paulista, que correspondia aos trabalhadores do centro industrial de São Paulo, contra o regime através de grandes greves, que deu início a um “novo sindicalismo”, posto por Mendonça e Fontes (1994, p. 72). Este expressava a reivindicação dos trabalhadores por cidadania política, por autonomia sindical, onde os trabalhadores conseguissem negociar diretamente com os empresários, assim como o reconhecimento legal dos líderes sindicalistas escolhidos pelos próprios. A construção de um novo sindicalismo marcava a necessidade de superação do antigo modelo sindicalista.

Os movimentos do novo sindicalismo abriram caminho para o ressurgimento do espaço político partidário (MENDONÇA e FONTES, 1994, p.73). A crise do “milagre” econômico já começava a apresentar seus sinais através de crises sociais – fome, desemprego, questão habitacional – em forma de greves e manifestações, assim como, ocorrera uma redefinição política da única oposição legal, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Esse conjunto de acontecimentos evidenciou as falhas existentes no interior das classes dominantes e do poder político existente. Contudo, as tentativas do regime de conseguir apoio popular e legitimidade política inviabilizaram-se. Em 1974 a oposição ganha as eleições indiretas com grande adesão das massas populares, devido à nova reconfiguração do partido, significando uma possibilidade de alternativa político partidária para segmentos da população contrários ao governo militar.

Esse conjunto de fatores favoreceu uma transformação no regime rumo ao projeto da distensão. O processo de abertura foi levado de forma lenta e gradual, se mantendo o caráter repressivo herdado do período anterior (MENDONÇA e FONTES, 1994, p. 74). O governo do general Geisel (1974-1978) deu início à terceira fase de institucionalização do Estado que buscava uma representação política mais estável, através de mecanismos mais flexíveis. Mendonça e Fontes (1994, p. 74) irão destacar duas características importantes desse processo, sendo essas, o fortalecimento da oposição, através da legitimação do dissenso como questão política e não de segurança, e a figura presidencial como forma de desmobilização dos grupos militares que mais se opunham às mudanças.

Em 1978 ocorreu o fim do AI-5, possibilitando melhores espaços de organização das oposições. O MDB chamou para si o conjunto das oposições,

centralizando-as partidariamente, todavia, atuou em conjunto com setores da elite de uma organização não partidária para o enfrentamento do Estado. Com os movimentos populares em erupção devido à crise econômica, as novas formas de organizações tenderam a superar momentaneamente as diferenças existentes a respeito de políticas de base e política formal para fortalecer a oposição ao regime. Contudo, as divergências internas no partido se tornaram cada vez mais evidenciadas entre os denominados “autênticos”, que possuíam ligações com os setores mais radicais da oposição, e os “moderados”, que se aliavam à ideia de oposição consentida.

Em 1979, já no governo do general João Figueiredo, foi feita uma reorganização partidária, cujo objetivo central, segundo Mendonça e Fontes (1994, p. 77), era desmobilizar a oposição e renomear o partido Arena, transformando-o em PDS (Partido Democrático Social), como tentativa de tirar o ranço negativo sobre o mesmo. Os partidos políticos que emergiram dessa nova organização só ganharam legalidade em 1980, sendo eles o Partido Popular (PP), constituído por uma cisão entre o MDB e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

As greves provocadas pelos metalúrgicos marcam a ineficácia das medidas adotadas pelo regime militar e a necessidade do capital em buscas novas medidas, dessa vez menos repressoras e mais coercitivas e veladas (SANTOS NETO, p.2015, p.261). O proletariado brasileiro, ainda incipiente, não possuía um vínculo claro com os ideais socialistas, não buscando, contudo, uma necessidade de superação do sistema capital e trabalho assalariado, mas buscando mudanças e melhorias dentro desse sistema. Como aponta Santos Neto (2014, p.260): “A radicalidade do movimento espontâneo das massas operárias acaba sendo submetido à lógica da reprodução da sociabilidade burguesa”. Desta forma, o Partido dos Trabalhadores, que representava as reivindicações da classe que vos leva o nome, conduz a luta dessa classe por melhores condições de vida e sociabilidade no interior da sociedade burguesa.

Os anos subsequentes foram marcados por movimentos de massa pela queda do regime ditatorial e por reivindicações de direitos políticos, sociais e civis, como a campanha de “Diretas Já” (1984). Tais acontecimentos se encaminharam para um processo de reabertura lenta e gradual do regime que caminhava em

direção à transição democrática, esta condicionada pelas orientações neoliberais, as quais já estavam em curso a nível mundial.

3. A DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO NO NEOLIBERALISMO, E AS CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO BRASILEIRA ENQUANTO ECONOMIA DEPENDENTE

3.1 As particularidades do neoliberalismo no Brasil

Ao final do século XIX temos a fusão dos grandes capitais bancário e industrial, tendo como fruto o capital financeiro. Como aponta Castello (2017, p. 59) referenciando Osório, apresenta a hegemonia do capital financeiro, infiltrado nas distintas frações da economia, tendo como padrão o exportador de especialização produtiva. Com o avanço do neoliberalismo temos a financeirização como uma das respostas para a crise de acumulação capitalista, se refletindo no cotidiano da classe trabalhadora. Essa resposta do capital irá aparecer para a classe que vive do trabalho através tanto da grande mídia, com propagandas que impulsionem a adesão ao mundo financeiro, quanto por meio do Estado, através de programas e políticas sociais que serão implementadas atravessadas pelo processo de financeirização e com a elaboração de mecanismos para a “inserção do mundo financeiro no cotidiano da classe trabalhadora” (BRETTAS, 2017, Pp.54), este feito pelo incentivo à adesão ao sistema bancário, aos investimentos em ações, em fundos de pensão e pelo sistema de crédito.

A constituição do papel do Estado nas economias dependentes é perpassada por relações desiguais de poder, as quais acabam delimitando a soberania do mesmo. Tal movimento ocorre devido a dependência dos países periféricos aos países centrais, fazendo com que o Estado nos primeiros tenha que responder as demandas não apenas da classe dominante local e a luta de classes existente no seu interior, mas, também, responde às reivindicações das classes dominantes dos países centrais. Tal disputa de poder culmina em traços próprios da formação do Estado e das economias dependentes, como o caráter autoritário, mesmo em períodos democráticos, visto que, dentro do modo de produção capitalista os Estados assumem papéis funcionais ao capital. Uma vez que o padrão de reprodução do capital se traduz na exploração do trabalho, nos países dependentes essa exploração alcança níveis mais complexos, para que seja

possível extrair a mais-valia necessária para satisfazer tanto a classe dominante nacional, quanto a classe dominante das economias centrais.

[...] as relações de troca desiguais, que marcam as economias dependentes, e as transferências de valor dela decorrentes, impõem limites à dinâmica de acumulação interna e são respondidas com salários abaixo do mínimo de subsistência, intensificação do trabalho e extensão da jornada de trabalho. Estas respostas permitem a ampliação do trabalho excedente e implicam em uma remuneração do trabalhador abaixo do necessário para sua reprodução. (BRETTAS, 2017, p.56).

Temos que os países que ocupam a posição de dependentes no imperialismo possuem como características de sua formação estrutural a superexploração da classe trabalhadora, com o intuito de atender aos interesses tanto da classe dominante local, quanto dos países centrais, a concentração de riquezas, maiores tensões nas lutas de classe, exigindo um Estado autoritário e repressor como resposta, a criminalização de movimentos populares e um Estado mais interventor no sistema econômico. Nos momentos de crise orgânica do capital o Estado é reivindicado pelas classes dominantes para intervir mais ativamente, todavia, nos países dependentes tal intervenção é feita de forma mais repressiva, visto que as crises tendem a serem externas e chegam nesses países tomando maiores proporções. “Quanto maior o nível de dependência, mais suscetível está um país às crises de longo alcance” (BRETTAS, 2017, p.56).

A formação dos países dependentes, como é o caso do Brasil, se dá em meio a um processo de tentativa de alcance ao desenvolvimento produtivo dos países centrais, fazendo com que seus processos de desenvolvimento capitalista sejam perpassados por saltos qualitativos e pela aceleração de processos que nos países centrais se deram de forma mais lenta, sendo possíveis através da intervenção Estatal. Como aponta Ianni (2009, p.285), a aceleração do desenvolvimento econômico só é possível a partir das modificações na estrutura das relações políticas.

Como abordado no capítulo anterior, o período nacional-desenvolvimentista, que se deu entre os anos de 1930 e 1970/ 1980, consolidou-se o tripé de articulação entre o Estado, o capital nacional e internacional. Através da consolidação do estágio monopolista do capital ocorreu o crescimento dos conglomerados de holdings, onde se teve a associação entre estas empresas, tornando mais difícil enxergar a diferenciação entre eles, contudo, sempre deixando

clara a hegemonia do capital imperialista sobre o capital nacional nos setores mais dinâmicos da economia.

A crise econômica que se iniciou na década de 1960 no centro imperialista e se intensificou no cenário brasileiro nos anos de 1980 teve sua base posta ainda no período de onda expansiva do capitalismo, fruto da superacumulação do capital. Ela foi intensificada pela internacionalização da produção e pelo processo inflacionário que se gestou em todos os países imperialistas e levou ao colapso do sistema monetário mundial (MOTA, 2015, p.57), se desdobrando na crise do Petróleo de 1973, a qual funcionou como um “catalisador do ciclo recessivo que se instalou entre 1974-1975” (MOTA, 2015, p. 58). Temos em 1979 a segunda crise do petróleo, na qual o produto será vendido a altos preços praticados pelos cartéis norte-americanos, levando a crises internas nos países periféricos, como foi o caso do Brasil, devido ao encarecimento das importações e das altas taxas de juros.

A crise se estendeu para os anos de 1980, “o contexto era de inflação e expansão do mercado financeiro em detrimento do setor produtivo, que apresentou baixa utilização da capacidade instalada das empresas” (MOTA, 2015, p.59). A crise dos anos de 1980 é uma crise da superacumulação e é intensificada pela expansão do sistema de crédito, os quais serviram tanto para cobrir os déficits orçamentários dos países centrais, como para integrar os países periféricos ao sistema de internacionalização produtiva.

O fim do “milagre econômico” brasileiro, vivido até o fim da década de 1970, foi fruto de um projeto de modernização conservadora, o qual Mota (2015, p.65) caracteriza como um momento onde foram feitas grandes concessões ao capital estrangeiro e a burguesia industrial nacional, permitindo a concentração e centralização do capital, assim como, foi posto um padrão produtivo que se destinava a parcelas de classe média e elite nacional, assim como as demandas do mercado externo.

A segunda metade da década de 1970 foi marcada por medidas e ajustes colocados pelo II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento – do governo Geisel, os quais tinham como objetivo realizar ajustes no mercado interno para adequar o país ao circuito financeiro internacional, isso sendo feito através de investimentos na indústria de base e de bens de capital, através do sistema de créditos com os países centrais.

Com as principais políticas econômicas do governo sustentadas no sistema de crédito internacional, temos que, devido à crise mundial de superacumulação capitalista que já vinha se gestando nos países centrais desde o fim da década de 1960 e levou à suspensão do sistema de crédito em 1983 (MOTA, 2015, p.67), o país foi encaminhado para uma crise da dívida externa na década de 1980, sendo classificada por alguns autores como década perdida, do ponto de vista econômico. No mesmo período, temos em curso um movimento de ascensão de um novo processo político traduzido na articulação da classe trabalhadora em prol da reivindicação de direitos políticos, sociais e civis que irão romper com o modelo de governo ditatorial.

Tal momento é classificado por Gramsci como “um período de crise orgânica”, o qual Mota (2015, p.68) irá complementar:

[...] um processo de ruptura com a ordem tutelada que presidiu as relações entre Estado e sociedade ao longo do nosso processo de modernização capitalista impondo uma redefinição das práticas sócio-políticas das várias forças sociais em conflito – burguesia agrária, industrial, financeira e trabalhadores urbanos e rurais.

A década de 1980 foi caracterizada por movimentos da classe trabalhadora rural e urbana contrários à ditadura empresarial-militar, por eleições diretas e pela reivindicação de uma nova Constituinte, a qual incluísse a ampliação de direitos sociais. Como coloca Mota (2015, p.155), baseada em Oliveira e Teixeira: “é um momento em que o processo político mantido cuidadosamente cerrado nas últimas duas décadas, transborda os limites institucionais, técnicos, acadêmicos e de grupos de interesses restritos, irrompendo-se e demandando-se frente à opinião pública”.

Durante a ditadura empresarial-militar podemos observar, no Brasil, uma relativa ampliação das políticas sociais, como a criação do FUNRURAL e a ampliação da previdência para os trabalhadores autônomos e para empregadas domésticas. Entretanto, tais ampliações foram feitas em conciliação com o grande capital, através da facilitação do processo de privatização das políticas sociais, abrindo portas para a inserção do grande capital na comercialização da saúde, educação e previdência. A respeito da previdência social, aponta Mota (2015, p.157) com base em Braga de Paula: “A previdência privada, poderia, assim, significar um reforço à diferenciação das rendas e consumo dos assalariados, uma

fonte de mobilização de recursos para o mercado de capitais, um reforço do espaço de lucratividade das empresas médicas e um mecanismo de atração e controle da mão-de-obra”.

O que se tinha de mais próximo ao que denominamos hoje de seguridade social, anteriormente à constituição de 1988, era um conjunto de serviços relacionados à saúde e previdência destinados aos trabalhadores, sendo estes sistemas próprios de proteção social geridos pelas empresas. Tais sistemas eram implementados através da colaboração entre os empresários e o Estado, onde o segundo proporcionava aos primeiros benefícios como a isenção de impostos e a renúncia de contribuições sociais, com objetivo de uma suposta contrapartida por parte do capital em termos de correções salariais, distribuição de renda e ampliação de empregos, o que não ocorria, demonstrando-se, assim, uma clara forma de privatização de recursos do fundo público, visto que recursos que deveriam ser passados para o fundo e implementadas pelo Estado eram executadas pelo setor privado.

Brettas (2017, p. 58) irá referenciar Florestan Fernandes (2005) para caracterizar o Estado brasileiro, sendo assim, temos um Estado caracterizado pelo mandonismo, paternalismo, pela superexploração da classe trabalhadora, que traz consigo os traços que advém desde o período colonial-escravista, a cultura do favor e do coronelismo, que se constitui através de uma modernização conservadora, a qual será marcada pela concentração de renda, intensificação das desigualdades regionais e pela precarização da classe trabalhadora. Estas características se refletem na constituição das políticas sociais brasileiras e, conseqüentemente, nas respostas do Estado aos aspectos da “questão social” no Brasil.

A construção das políticas sociais no Brasil a partir da década de 1930 se dá atrelada ao setor privado, através das obras de caridade, que implicarão num caráter fragmentado e corporativista das mesmas. Como aponta Brettas (2017, p.58), as políticas sociais expressam as demandas da classe trabalhadora, advindas da luta de classe, e as da burguesia, culminando na redução dos custos de reprodução da força de trabalho e dos conflitos que poderiam prejudicar a produção. As políticas de saúde e aposentadoria até a década de 1980 tiveram um

desenvolvimento lento e limitado, enquanto a assistência social era pouco discutida e majoritariamente atrelada à filantropia (BEHRING e BOSCHETTI, 2010).

Devido à luta da classe trabalhadora, na década de 1980, pela reivindicação de direitos sociais básicos foram realizadas mudanças no âmbito das políticas de proteção social, as quais foram institucionalizadas na Constituição de 1988. Tal texto traz consigo, como um de seus principais avanços, o conceito de seguridade social, o qual engloba as políticas de saúde, assistência e previdência social, assim como modificações com relação à forma de captação e destino desses recursos, o conceito de universalidade aplicado à saúde e mecanismos de participação popular no serviço público. A seguridade social se apresenta na Constituição de 1988 como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social” (art. 194, cap. II, título VII).

A emergência de um novo processo político, que tinha consigo frutos da luta da classe trabalhadora impressos na Constituição Federal de 1988, se choca com a crise econômica que estava em curso no país, a qual era fruto de uma crise do capital, agravada com a crise da dívida externa, e que tinha como resposta, dada pelo Estado burguês, a adoção do projeto de poder neoliberal. Tal projeto traz consigo a intensificação das formas de exploração do capital que já vinham sendo implementadas, como a terceirização, as privatizações e a redução de direitos trabalhistas e o objetivo de garantir as margens de lucratividade do capital através da intensificação do processo de financeirização da economia.

O novo cenário político-econômico colocou dificuldades na implementação das conquistas adquiridas pela classe trabalhadora, na constituição de 1988, postas pela condição de dependência e luta de classes nos anos subsequentes. “É importante ressaltar que o texto constitucional por si só não é capaz de estruturar uma rede de proteção social” (BRETTAS, 2017, p.59). Para realizarmos uma análise das políticas sociais na década de 1990, é necessário compreendermos o que havia sido estruturado na década de 1980, uma vez que a elaboração de direitos na constituição de 1988 não é suficiente para atestar um desmonte das políticas sociais na década de 1990, uma vez que estas não haviam sido de fato implementadas.

O Brasil ingressa na década de 1990 com uma “espécie de ajuste fiscal permanente” (BEHRING, 2017, p. 10), para ajustar o país às novas condições de oferta de créditos e à cobrança dos mesmos, às altas taxas de juros, sob a coordenação e a tutela dos organismos internacionais, com ênfase no Fundo Monetário Internacional (FMI). Behring (2017, p.10) destaca duas medidas significativas neste período, as quais contribuíram para o controle inflacionário, sendo estas o Plano Real de 1994 e o acordo com FMI, de 1999.

O projeto de dominação neoliberal apresenta um contexto de financeirização e hegemonia do capital portador de juros sob a tutela do Estado (BEHRING, 2017, p. 10), o qual terá a dívida pública como uma nova forma de acumulação, de extração de mais-valia, assim como o corte de direitos sociais através da apropriação de recursos do fundo público pelo capital. As constantes políticas de ajuste fiscal para o pagamento da dívida traduzem o papel do capital financeiro tanto internamente, como externamente, aprofundando o papel de dependência do Brasil no imperialismo. Tais medidas são difundidas na sociedade através de uma cultura da crise (MOTA, 2015), onde o Estado burguês apresenta como única solução para a crise econômica a socialização da dívida, através de cortes em políticas sociais.

Como aponta Brettas (2017, p.24), o projeto de dominação neoliberal levou a alterações na forma de acumulação do capital, as quais não seriam possíveis sem a intervenção do Estado. Nessa nova fase do capitalismo o mundo das finanças se torna um espaço mais atrativo para a busca da rentabilidade, deslocando boa parte dos capitais para esse meio. Contudo, é importante destacar que, embora se tenha a rentabilidade no setor financeiro, tal fato não extingue a necessidade da extração do valor produzido na esfera da produção, mas, depende da rentabilidade deste.

A política de financeirização neoliberal, aplicada nos países dependentes, tem uma relação direta com o sistema imperialista e a organização do capital financeiro mundial. Com a crise gestada no fim da década de 1970, os países centrais adotaram como medida de ampliação das suas taxas de lucro a cobrança dos créditos feitos aos países periféricos durante o período desenvolvimentista, todavia, a taxas de juros nada módicas, levando tais países a uma crise permanente da dívida externa. Uma vez que tal dívida é acoplada ao sistema de juros, ela está sempre sujeita a aumentos, dependendo das taxas aplicadas, logo,

a falácia capitalista neoliberal de que o problema do endividamento do Estado é culpa somente de um mau gerenciamento do mesmo cai por terra, uma vez que, apenas uma parcela do que é pago corresponde realmente ao que foi emprestado e efetivamente utilizado.

Brettas (2017, p. 26), parafraseando Miguel Bruno, discutirá o processo de financeirização e a forma distinta como ele ocorre nos países periféricos e imperialistas:

“Nestes últimos, a base da financeirização é o mercado de capitais e a baixa taxa de juros, de modo que há um incentivo ao aumento do crédito e estímulo à especulação no mercado de acionário, o que desaguou em diversas crises financeiras. O Brasil, ao contrário, tem o "endividamento do Estado como centro da acumulação financeira e não o mercado de capitais" (BRUNO, 2010, p.97). Na medida em que a financeirização vem acompanhada de pouco crédito e alto custo, estimula ainda mais a especulação, nesse caso, no mercado de títulos, tendo em vista ser mais atraente emprestar dinheiro ao Estado.”

Como forma de garantir o processo acumulativo dentro da financeirização e arcar com as políticas de pagamento da “dívida”, o Estado capitalista coloca os custos desse processo sobre a população, através do aumento de impostos, cortes nos gastos sociais e políticas de ajustes fiscais. Brettas (2017, p. 27) irá apontar a base da hegemonia do capital financeiro através do tripé neoliberal: superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação, onde, estes serão os elementos essenciais para estabelecer a dinâmica da dívida, e o deslocamento de recursos do fundo público para o pagamento da mesma.

O neoliberalismo brasileiro se consolida em meio a um processo de implementação de políticas sociais, advindas da luta da classe trabalhadora refletidas na Constituição de 1988. Logo, não podemos cair na ideia de que o neoliberalismo aqui existente é fruto de uma implementação moldada em um padrão externo, mas pelo contrário, ele possui características próprias pois se encontra com um contexto de redemocratização, luta da classe trabalhadora por direitos civis, políticos e sociais e agravamento da crise econômica externa.

Uma das particularidades do Estado dependente brasileiro no neoliberalismo será a promoção da articulação entre a implementação de algumas políticas sociais, advindas da pressão exercida pela massa popular, com o setor privado, através da prestação de serviços públicos por empresas terceirizadas. Esse tipo de articulação, embora não seja algo exclusivo do período neoliberal, se acentua

nesse momento como uma forma do capital de garantir sua lucratividade nos períodos de crise acumulativa.

Outra medida adotada pela classe hegemônica é a adoção de contrarreformas de Estado, ou seja, medidas legislativas que reformulam direitos previstos na constituição com o intuito de favorecer as grandes empresas e garantir a acumulação capitalista. As contrarreformas irão aparecer principalmente nos períodos de crise do capital, onde contribuirão para aumentar os níveis de desigualdade e exploração da classe trabalhadora, uma vez que, nos momentos de crise o capitalista terá como objetivo manter suas taxas de lucro, o que só será possível com o aumento do trabalho excedente e da redução dos salários. O que ocorre é que essas medidas tomadas no período neoliberal num contexto de capitalismo dependente possuem uma amplitude maior, visto que, o trabalho excedente expropriado da classe trabalhadora visa alimentar não só o capital interno, mas também, o capital internacional.

A implementação das políticas sociais, como a de Assistência social regulamentada em 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), reflete características próprias já existentes no contexto brasileiro, traduzindo um caráter fragmentado, focalizador e privatizante, porém com maior intensidade. Contudo, tais características não são suficientes para particularizar o período neoliberal, sendo o que o particulariza é a associação entre estas características com a financeirização das políticas sociais e a elaboração de mecanismos de transferência de valor do fundo público para o capital privado.

A era do capital financeiro se instaura com o objetivo de garantir as taxas de lucro do capital nos períodos de crise acumulativa, que assumem períodos de ondas expansivas cada vez menores e ondas recessivas cada vez maiores. Um dos principais traços da financeirização, segundo Brettas (2017, p. 63) “é a ruptura entre os limites anteriormente existentes para a mobilidade do capital portador de juros”, se tornando uma alternativa para reduzir a tendência de queda das taxas de lucro. A ampliação da inserção da financeirização em diversos setores da economia e a lucratividade advinda dela, não possui apenas um caráter quantitativo, referente às taxas de lucro, mas também qualitativo, modificando as regulações do processo de produção e ampliando a superexploração da classe trabalhadora.

Na medida em que uma empresa que possui seu capital fechado, ou seja, uma LTDA (limitada), resolve abri-lo, se tornando uma Sociedade Anônima (S.A.), para que obtenha novos investidores e associados, ela necessita garantir uma boa rentabilidade para estes. Todavia, como caráter fundante da lei geral da acumulação, a lucratividade do capital advém da mais-valia, essa extraída do processo de produção, logo, para que tal empresa gere rentabilidades mais atrativas para o mercado financeiro de compra de ações, e ao mesmo tempo, garanta a rentabilidade do capitalista dono de tal instituição, é necessária a intensificação da expropriação do trabalho excedente e do valor pago para a reprodução do trabalhador. A financeirização leva, então, “a ampliação das bases de extração de mais-valia” (BRETTAS, 2017, p.63).

Esse movimento de reorganização das bases produtivas associada à adoção de políticas de ajustes fiscal, característica do neoliberalismo, favorece o aprofundamento do grau de dependência perante os países centrais e com ele a transferência de valor para os mesmos. Ainda neste contexto, temos que, períodos de alta inflacionária tornam o mercado interno pouco atrativo para o capital, reduzindo os investimentos e a lucratividade deles no mercado financeiro nacional. Outro fator da alta inflacionária é a sua influência no gasto público, pois, em períodos de alta, temos a redução do grau de confiança do capital no Estado como agente econômico, dificultando a utilização da dívida pública na extração de renda. A reconfiguração do Estado, buscando políticas de estabilização monetária se faz necessária no contexto de financeirização do capital com o objetivo de garantir a rentabilidade, ao mesmo passo que contribui para o aumento do grau de dependência dos países periféricos perante os imperialistas.

Especialmente nos países dependentes, a ampliação do processo de financeirização passou pela necessidade da elaboração de mecanismos que garantissem aos credores, mesmo em contexto de grandes crises, o pagamento das dívidas, em especial, da dívida pública. Essas formas de garantias, que atraem os investidores tanto estrangeiros como seguram os investimentos da burguesia nacional aparecem no campo da gestão pública, como forma de contrarreformas, Medidas Provisórias e Emendas constitucionais. Temos como exemplo a elaboração do Fundo Social de Emergência, em 1994 que posteriormente, em 2000, se transformou na Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Lei de

Responsabilidade Fiscal, no mesmo ano. Elas têm por objetivo garantir como prioridade o pagamento da dívida e, se necessário, a desvinculação de recursos destinados às políticas públicas para esse fim. “Vale destacar que as economias dependentes, mesmo não sendo as que detêm as maiores dívidas, são as que transferem maiores montantes de recursos para o seu pagamento” (BRETTAS, 2017, p.64).

Temos, assim, algumas particularidades do processo de financeirização implementado no Brasil, sendo estas, a dívida pública como base, visto que se torna mais atrativo os investimentos no títulos do tesouro emitidos por um Estado que possui meios de priorizar o pagamento dos credores, as altas taxas de juros e o caráter especulativo, derivado das baixas taxas de crédito à altos custos. Dessa forma, como coloca Brettas (2017, p.64), “constata-se a manutenção do poder dos setores rentistas e uma transferência do fundo público em direção ao capital portador de juros”.

O que se tem junto ao neoliberalismo é a figura de um Estado ativo e forte, que elabore estratégias eficazes para intervir, sempre que necessário, a favor do grande capital com o objetivo de garantir as taxas de lucro e a transferência de valor para os países imperialistas. Embora tenhamos a intensificação do processo de privatização, também temos a reconfiguração desse processo e a realocação do Estado no processo produtivo, “figurando entre os grandes proprietários nacionais” (BRETTAS, 2017, p. 65).

3.2. A centralidade da expropriação do fundo público pelo capital portador de juros no Brasil enquanto economia dependente

Como aponta Castelo (2017, p.62) o neoliberalismo se instaurou no Brasil durante o governo Collor e seguiu ficando suas bases nos governos subsequentes, salvas suas diferentes formas de se apresentar, mas mantendo sua essência. O papel do Estado, como um ente ativo e sempre de prontidão para as necessidades de garantia de lucro do grande capital explanam a imbricação que existe entre a economia e a política, sob a hegemonia das classes dominantes. Não excluindo o papel da luta de classes, onde há a pressão da classe

trabalhadora na luta por direitos, pressionando o Estado a realizar concessões, essas traduzidas em políticas sociais.

A criminalização dos movimentos sociais é um traço característico do Estado burguês, principalmente na periferia do capital, onde a repressão deve ser intensificada para garantir a superexploração da classe trabalhadora, e com ela, o excedente necessário para satisfazer tanto a burguesia nacional, quanto à imperialista. Conforme coloca Castelo (2017, p. 63) “a violência é uma marca fundante dos processos de acumulação capitalista no Brasil, desde a colonização até o neoliberalismo [...], a violência é assim, uma potência econômica, utilizada sistematicamente pelas classes dominantes, contra os subalternos”.

O Estado nos países de economia dependente é marcado por relações desiguais de poder, as quais limitam o exercício de sua soberania frente aos países imperialistas, aos quais está submetido, como aponta Brettas (2017, p. 55). Dessa forma, ele é guiado tanto pelos interesses da burguesia nacional, quanto da burguesia dos países centrais. A correlação de forças desfavorável existente na estrutura da burguesia nacional, com relação à imperialista, é compensada através da superexploração da classe trabalhadora, realizada pelo Estado por um viés coercitivo, que permite ampliar a margem de acumulação. Com isso, temos que as relações de troca desiguais com os países imperialistas, e a transferência de valor dela decorrente, limitam a acumulação interna e têm como forma compensatória a superexploração da classe trabalhadora, resultando em salários abaixo do mínimo necessário, jornadas de trabalhos mais extensas e intensificadas, que permitem a ampliação do excedente extraído.

Esse processo de extração da mais-valia e concentração da riqueza, características dos países dependentes, potencializam a luta de classes, que encontra como resposta do Estado a criminalização das resistências populares. Temos, então, um Estado altamente ativo, especialmente nos períodos de crise, onde é chamado para intervir de forma operante a favor do grande capital, impulsionando seu projeto hegemônico mesmo em governos com o discurso de “fim da intervenção Estatal”. A particularidade do papel dele nos países dependentes é que, na medida em que parte de seu excedente econômico é transferido para os países centrais, o processo de exploração da classe que vive

do trabalho tende a ser intensificado, para compensar tal transferência de valor. Dessa forma, as crises passam a ter maiores impactos nesses países.

Como coloca Salvador (2017, p.65), referenciando Bhering (2010) “O Estado tem que se apropriar de parcela significativa da mais valia produzida, com a finalidade de assegurar as condições de produção e reprodução capitalista”. Sendo nesse sentido que surgem as políticas sociais, variando de acordo com o contexto de correlação de forças e particularidades, existentes em cada país. O fundo público aparece como uma questão estrutural no financiamento da força de trabalho e dos gastos sociais (OLIVEIRA, 1998, p. 19-20). Segundo Salvador (2017, p. 65), o fundo público:

Envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio de empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público. Uma das principais formas de realização do fundo público é por meio da extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida, portanto, conforme Behring (2010), é parte do trabalho excedente que se transformou em lucro, juro ou renda da terra sendo apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções e de trabalho necessário.

Ainda segundo Salvador (2017, p. 65), o fundo público traduz pelo menos quatro funções na economia capitalista, sendo elas: o financiamento dos investimentos do capital, através de desonerações e incentivos fiscais; investimentos em políticas públicas que asseguram direitos e permitem a inserção da população no mercado de consumo; recursos para transporte, infraestrutura, pesquisa e investigação; e a transferência, na forma de juros e amortização da dívida, para os detentores do capital portador de juros, no âmbito do orçamento público, ou seja, a financeirização da riqueza socialmente produzida e expropriada da classe trabalhadora.

A crise mundial instaurada no final dos anos de 1970, do modelo de produção fordista-keynesiano, ocasionada pela queda das taxas de lucro e o aumento na composição orgânica do capital, foi uma crise de múltiplas dimensões (SALVADOR, p. 2017, p.65). Devido à queda da rentabilidade no setor produtivo, ocorreu uma fuga do capital para o setor financeiro, agindo de forma especulativa. Tais circunstância instaurou um novo ciclo no modo de produção capitalista, onde temos a hegemonia do capital portador de juros.

“Para Marx (1983), o capital portador de juros consiste em uma das formas em que ocorre a transição do dinheiro, como expressão autônoma de um montante de valor, em capital, ou seja, no valor cujo objetivo é conservar e gerar mais valor” (SALVADOR, 2017, p. 66). Ele funciona da seguinte forma: o dono do dinheiro o aliena a um terceiro, como forma de capital, como valor que possui valor de uso de criar mais valia, que retorna ao dono do dinheiro como capital portador de juros. O valor de uso do dinheiro emprestado consiste em poder funcionar como capital e em produzir lucro. Desta forma, o valor de uso do dinheiro no capital portador de juros é o lucro. “Os juros decorrem da dedução do lucro, originando-se na mais valia” (SALVADOR 2017, p.66, citando MENDES, 2012).

No neoliberalismo, a intensificação dos fluxos financeiros que caracteriza a financeirização irá apresentar formas distintas de comportamento, com relação aos países dependentes e aos países de economia central. Enquanto no segundo a base da financeirização é o mercado de capitais e a baixa taxa de juros, nos primeiros ocorre o contrário, o endividamento do Estado se encontra no centro da acumulação financeira e não no mercado de capitais (BRETTAS, 2017, p. 26, referenciando BRUNO, 2010, p.27). A acumulação que vem acompanhada de pouco crédito e altos custos leva ao aumento especulativo, no caso, do mercado de títulos, uma vez que se torna mais atrativo emprestar dinheiro ao Estado.

A partir dessas particularidades, em tempos de neoliberalismo, o Estado encontra, como uma de suas principais medidas para assegurar o processo de acumulação do grande capital, a política de ajustes fiscais, a qual possui como objetivo assegurar o pagamento da dívida pública e garantir a rentabilidade do capital portador de juros. Tal medida resulta na captura dos recursos destinados ao orçamento da seguridade social, por parte do capital portador de juros, através da desvinculação de recursos orçamentários e renúncias tributárias, levando a uma apropriação de recursos da seguridade social.

Na disputa do fundo público, os juros da dívida pública pagos pelo orçamento estatal são os principais alimentadores do capital e do capital fictício. Essa política foi viabilizada e fortalecida no Brasil a partir de 1993, quando da elaboração do Plano Real, permanecendo ativa no cenário econômico e social brasileiro, por meio do seu tripé macroeconômico: política monetária, baseada em elevadas taxas de juros; política de câmbio livre, sem controle de entrada e saída de divisas; e, política fiscal, fundamental no elevado superávit. (SALVADOR, 2017, p. 64)

Como aponta Brettas (2017, p.25), referenciando Chesnais (2005), o conjunto de medidas neoliberais seguem três eixos: privatização, liberalização e desregulamentação. Eles estão articulados aos interesses do capital financeiro internacional, que busca ampliar suas possibilidades de rentabilidade por meio da absorção dos excedentes produzidos nas economias dependentes. O argumento liberal que sustenta tais medidas seria de que o Estado faz mal uso de seus recursos e por isso estaria endividado, fazendo-se necessário um conjunto de medidas que o obrigasse a se responsabilizar com o pagamento das dívidas públicas. No entanto, uma análise da dívida pública nos permite afirmar que atualmente, ela possui base financeira e em sua maior parte diz respeito ao crescimento dos juros, de modo que não se trata de resumir o debate a um Estado que “gasta demais”.

A preocupação com o crescimento da dívida começa a ganhar destaque nos anos de 1980, fruto do aumento da taxa de juros aplicada pelo banco central estadunidense em 1979, uma vez que, grande parte da fase nacional desenvolvimentista brasileira, no período ditatorial empresarial-militar, foi financiada pelo endividamento externo. Com a cobrança da dívida e o aumento das taxas de juros, o Estado capitalista dependente passa a orientar sua gestão ao pagamento da dívida, através de um aparato técnico-institucional que legitima essa orientação. Como características desse modelo de gestão neoliberal resulta a manutenção do poder dos setores rentistas e uma transferência de recursos da classe trabalhadora em direção ao capital portador de juros.

A partir do plano real, implementado em 1994, no governo de Itamar Franco, que se perpetua até hoje, Mendes (2012) observa que a classe dominante brasileira ampliou sua acumulação nas poupanças, reunidas no sistema bancário, através de depósitos a prazo e aplicações financeiras. Esses recursos foram transformados em capital monetário, portador de juros, e orientados à esfera financeira da economia, “expandindo-se significativamente para a forma de capital fictício, isto é, capitalizando-se” (SALVADOR, 2017, p. 67).

Tivemos uma rearticulação do sistema fiscal que resultou na redistribuição do excedente econômico e aprofundou a concentração de riquezas, propiciada pelo aumento da dívida pública e dos juros dela decorrentes. Essa transferência de recursos, originados do fundo público, foi sustentada pelo aumento da tributação

em cima da classe trabalhadora. Esse sistema macroeconômico segurou por um tempo o parcial controle inflacionário, mas, sustentado no endividamento público, o qual garantiu a transferência de recursos do fundo público para o capital portador de juros.

Como aponta Salvador (2020, p.619), as principais tendências que ocorreram no pós 1994 e marcam grandes mudanças do financiamento tributário brasileiro são:

a) aumento da regressividade da carga tributária com maior incidência de tributos sobre o consumo de bens e serviços; b) apesar da baixa participação da renda dos salários sobre o total da renda nacional da economia, a tributação direta no Brasil tem se limitado e incidido cada vez mais sobre a renda dos assalariados; e d) maior beneficiamento do sistema financeiro pelas modificações ocorridas nas legislações tributárias do período recente, o que faz com que, assim, seja proporcionalmente menos tributado que os trabalhadores e outros setores da economia.

A partir de 1999, o Brasil passou a seguir uma lista de exigências, originadas pelo acordo feito com o FMI (Fundo Monetário Internacional), 1998, com o objetivo de criar as bases para o projeto de poder neoliberal, cujo eixo se pauta na financeirização do capital. Uma das principais medidas adotadas foi a responsabilização do Estado na garantia de manter o superávit primário⁷, para o pagamento dos juros da dívida pública. Temos esse critério essencial para descrever a particularidade das economias dependentes dentro do sistema imperialista do capital, onde, nos momentos de crise são raros os países tão submissos ao capital financeiro, ou seja, manter o superávit primário, tendo como exemplo as economias centrais que principalmente nesses momentos apresentam déficits. O superávit nas economias dependentes serve como uma forma de transferência de valor para os países centrais, principalmente em períodos de crise do capital.

Como aponta Salvador (2017, p. 71) com base em Drumond:

Na crise do capital, são raros os países tão submissos aos ditames do capital financeiro, pois no quadriênio, 2010 - 2013, somente Arábia Saudita, Brasil, Turquia, Alemanha e Itália mantiveram resultados

⁷ “A realização do superávit primário significa produzir uma poupança primária no orçamento para dar garantia aos credores da dívida de que o país possui condições de arcar com o pagamento dos juros. Ele é calculado somando o total das receitas e excluindo as despesas financeiras, ou seja, retirando do cálculo das despesas o que é gasto com o pagamento do serviço da dívida” (BRETTAS, 2017, p.27).

primários positivos. As principais economias apresentaram déficits fiscais (EUA - 3,6%, França - 2,4%, China - 0,5%, entre outras).

O acordo realizado com o FMI em 1998 guiou as medidas tomadas pelo Estado, no momento representado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, sob o pretexto de promover a saída da crise e retomada do crescimento econômico. A prioridade se centrava no ajuste externo e garantia do superávit primário, as quais agravaram os índices de desemprego e as condições de vida da classe trabalhadora. Os governos petistas, que sucederam FHC, deram continuidade às políticas de superávit primário e hegemonia do capital financeiro. “Quanto mais os governos avançam nas políticas de ajuste fiscal e na garantia de que a dívida será paga, mais a dívida aumenta e mais atrativa fica a economia na esfera financeira. Essa credibilidade do Estado permite o avanço na retirada de direitos” (BRETTAS, 2017, p.29).

Para implementar o conjunto de medidas, apresentadas no acordo com o FMI, foram adotados instrumentos político-orçamentários que as viabilizassem. Estes instrumentos foram baseados no aumento de impostos sobre a classe que vive do trabalho, de forma direta e indireta, e por meio de contrarreformas, enquanto em contrapartida, a isenção de impostos para os mais ricos e medidas de desoneração fiscal. Como instrumentos fundamentais do Estado, que viabilizaram a apropriação do fundo público pelo capital portador de juros, temos: Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e o superavit primário.

A DRU tem origem em 1994, por meio da criação do Fundo Social de Emergência (FSE), logo, ela é anterior ao estabelecimento das medidas de superávit primário. O FSE foi elaborado com o objetivo de “equacionar o financiamento dos principais programas sociais” (BRETTAS, 2017, p.31), todavia, ele foi utilizado como brecha para o pagamento de despesas relacionadas com outros programas especiais, que viriam a ser o pagamento da dívida, para garantir o equilíbrio fiscal, na perspectiva de superávit primário. O FSE permitiu flexibilizar as determinações postas na constituição de 1988, a respeito do obrigatório destinado às políticas sociais, resultante da luta da classe trabalhadora na época, as quais garantem o mínimo necessário que deve ser investido em algumas das políticas sociais. Como aponta Salvador (2017, p. 72):

Como resultado da CF de 1988, foi engendrado um importante desenho para o financiamento das políticas sociais com recursos vinculados, destacadamente na esfera da União: a) aplicação de, no mínimo, 18% das receitas dos impostos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; b) as contribuições sociais elencadas no artigo 195, exclusivas para o financiamento do orçamento da seguridade social; c) o gasto mínimo em ações e serviços públicos de saúde corrigidos anualmente pela variação nominal do PIB (EC 29); d) recursos aos estados e municípios por meio do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios (FPM); e e) 60% do PIS/PASEP destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para custear o seguro-desemprego, o abono salarial e programas, como treinamento e requalificação da mão de obra, e 40% repassados ao BNDES para financiar programas de desenvolvimento econômico.

Na medida em que se torna possível a desvinculação de recursos determinados pela Lei Orçamentária, isso permite tanto que eles sejam direcionados aos serviços da dívida, como passa por cima do legislativo, uma vez que a Lei Orçamentária deve ser aprovada pelo mesmo. Em 1996 o FSE é renomeado como, Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), o qual vigorou até 1999, quando em 2000 se tornou a DRU (Desvinculação das Receitas da União), através da Lei Complementar 101. Ela permitiu que até 20% das receitas das contribuições sociais (exceto as contribuições de empregadores e empregados para a previdência) fossem desvinculadas. Em 2011 a DRU foi promulgada através de uma emenda constitucional que a estendeu até 2015.

A Emenda Constitucional que renova essa medida, 2016, trouxe algumas modificações significativas, como aponta Brettas (2017, p. 30), onde amplia de 20% para 30% de tributos que podem ser desvinculados da receita; também prevê a Desvinculação de Receitas dos Estados (DRE) e a Desvinculação das Receitas dos Municípios (DRM), “as quais, mesmo explicitamente não podendo afetar os recursos destinados à saúde e educação, representam um risco de redução dos gastos, com as demais políticas sociais nos estados e municípios” (BRETTAS 2017, p. 30).

A DRU foi criada para contribuir na promoção do "equilíbrio fiscal", ainda que o caminho encontrado para isso seja o de retirar recursos que deveriam ser utilizados para as políticas sociais. Sendo assim, essa ferramenta da hegemonia rentista fere não apenas as definições constitucionais, mas também as definições orçamentárias aprovadas pelo Legislativo, sem falar que desconsidera as lutas e pressões empreendidas pela classe trabalhadora pela ampliação no acesso a direitos e melhorias da qualidade dos serviços prestados (BRETTAS 2017, p. 30)

Outro instrumento utilizado pelo Estado para garantir a hegemonia do capital financeiro imperialista é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ela foi instaurada no mesmo ano em que a DRU, 2000, através da Lei Complementar 101 e reforça a ideia de que a política fiscal é que deve avalizar o espaço de valorização do capital portador de juros (BRETTAS, 2017, p. 30). A LRF delimita os gastos com o funcionalismo público, sob o argumento neoliberal de que o Estado deve gastar de forma “responsável” e evitar excessos. Ou seja, ela acaba por reduzir a capacidade que o Estado tem de implementar e investir em políticas sociais, com a contrapartida de garantir suas obrigações financeiras com os donos dos títulos da dívida pública (BRETTAS, 2017, p. 30). Tal limite contribui com a geração do superávit primário.

Uma das funções da LRF é estabelecer metas de superávit primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mostrando o caráter de economia dependente no âmbito da política fiscal. Segundo o artigo 4º, § 1.º “Serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para exercício a que se referirem e para os dois seguintes” (BRETTAS, 2017, p.30). Além da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê que ao mesmo passo em que ela apresenta um anexo sobre os possíveis riscos fiscais que podem afetar as contas públicas⁸, ela também apresenta outro trecho em que trata das despesas⁹, apontando que qualquer ato que as aumente precisa demonstrar origens garantidas de custeio.

A articulação entre esses instrumentos do capital financeiro deixa claro que são mínimas as preocupações com metas sociais, as quais ficam à mercê do cumprimento das metas fiscais, propiciados pelo pagamento da dívida pública e, conseqüentemente, do superávit primário. Elas delimitam as possibilidades de expansão dos direitos sociais, reivindicados pela classe trabalhadora, em detrimento da lucratividade do setor rentista, expropriando recursos do fundo

⁸ O Artigo 9º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias: “Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos momentos necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados na Lei de Diretrizes orçamentárias” (BRETTAS, 2017. p. 31).

⁹ “O artigo 17, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, trata das despesas de caráter continuado e define que os atos que aumentarem uma despesa precisam, além de demonstrar as origens para seu custeio, comprovar que não afetará as metas e os resultados fiscais previstos. O § 6º novamente confere tratamento diferenciado ao pagamento de juros: o disposto no §1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida” (BRETTAS, 2017. p. 31).

público destinados às políticas sociais. Além da desvinculação direta das receitas da união, ainda temos as medidas de contingenciamento de gastos, onde, os recursos planejados para as políticas sociais não são concretizados.

Castelo (2017, p.60) irá citar Salvador (2016), na análise da arrecadação tributária brasileira, no ano de 2014:

A arrecadação tributária em 2014 foi de R\$ 1,8 trilhão, divididos da seguinte forma (em ordem decrescente): 1. tributos sobre bens e serviços, 51,02% do total; 2. tributos sobre a folha de salários, 25,18%; 3. tributos sobre a renda, 18,2%; 4. tributos sobre a propriedade, 4,17%; e 5. tributos sobre transações financeiras, 1,61%.

Temos que a base do nosso sistema tributário está na arrecadação de bens e serviços, as quais recaem com mais peso sobre a classe trabalhadora, uma vez que, esses impostos não possuem diferenciação de renda. Em contrapartida, as menores taxas de contribuição estão sobre o patrimônio e transações financeiras, que correspondem às contribuições feitas pelos mais ricos. Logo, o maior peso do sistema tributário brasileiro recai sobre a classe trabalhadora, baseado em impostos e contribuições regressivas e indiretas. Estes mesmos impostos, expropriados da classe trabalhadora, encontraram no governo a agenda neoliberal, que prioriza o superávit primário, ou seja, o pagamento dos juros da dívida.

Como aponta Castelo (2017, p. 64), tivemos um aumento da carga tributária desde a década de 1990, sendo em 1995 era de 27% do PIB, passando para 32,71% em 2015, sendo que deste total, 21,54% fica com a União e 8,84% com os estados e 2,33% com os municípios. Logo, o mesmo autor aponta que, ao mesmo passo em que tivemos o aumento da apropriação da riqueza socialmente produzida, também tivemos a ampliação da centralização desses recursos.

Com a redução no espaçamento entre os períodos de ondas longas e curtas de expansão do capital, tendo maior duração dos períodos de recessão, vemos a intensificação dos instrumentos de expropriação da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, os instrumentos já existentes, como a DRU e a LRF, acabam por não serem mais suficientes para realizar uma captura plena do fundo público, sendo necessária a criação de mecanismos que intensifiquem essas medidas. Em 2016 temos a elaboração de novas medidas de reorientação dos gastos públicos, em detrimento da garantia do superávit primário. A principal medida, instituída pelo governo Temer, no âmbito do ajuste fiscal, foi a implementação da Emenda

Constitucional 95 (antiga PEC 241 e 55), a qual impôs um novo Regime Fiscal, desmantelando o financiamento das políticas sociais no Brasil.

Salvador (2017, p. 72) irá colocar que:

A PEC 55 inviabiliza a vinculação dos recursos para as políticas sociais nos moldes desenhados pela CF de 1988 ao congelar as chamadas despesas primárias do governo (exceto as despesas financeiras com o pagamento de juros da dívida) por 20 anos, limitando-se a correção pela inflação medida pelo Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), com previsão de uma revisão em 10 anos.

O congelamento dos gastos que dizem respeito ao mínimo necessário para a reprodução da classe que vive do trabalho, como saúde, educação e programas de transferência de renda que permitem o acesso à alimentação, por um período de 20 anos, excluindo o pagamento dos juros da dívida, mostra um claro comportamento perverso e a favor do capital portador de juros, do Estado burguês num contexto de crise, pela ótica do projeto de hegemônico neoliberal, sob a influência do imperialismo. Essas medidas demonstram o aprofundamento desse projeto, que tem “a análise do fundo público e da dívida como central no processo de correlação de forças entre as diferentes classes sociais da formação econômico-social brasileira” (BRETTAS, 2017, p. 33).

A Emenda Constitucional 95 marca um momento de intensificação do projeto de dominação neoliberal no Brasil, assinalado pelo golpe político-econômico que levou Michel Temer à presidência. Castelo (2017, p. 66) dirá que a ascensão de Temer “reabilita figuras típicas do rentismo burguês, como Henrique Meirelles”. Esse novo momento do neoliberalismo no Brasil, realiza o desmantelamento dos mecanismos constitucionais de garantia de recursos para as políticas sociais e intensifica os processos de exploração e expropriação da classe trabalhadora, escrachando as principais características da formação social brasileira: patrimonialismo, uma sociedade patriarcal, racista, machista e uma economia dependente.

Conforme afirma Behring (2017, p. 13), o sistema da dívida pública “é um grande mecanismo de punção de recursos dos(as) trabalhadores e pequenos(as) produtores(as) para o grande capital, especialmente o capital portador de juros”. Segundo a mesma autora, desde a década de 1980 a dívida externa dos países periféricos aumentou em nove vezes, e mesmo estabelecendo políticas de superávit fiscal, ela permanece aumentando, mostrando-se ser uma *dívida*

*ilegítima*¹⁰.

A burguesia imperialista encontra no sistema da dívida uma eficaz forma de transferência de valor, principalmente nos períodos de recessão, onde se utiliza da superexploração realizada nos países dependentes para manter suas elevadas taxas de lucro. O fundo público brasileiro, que, como já apontamos, é formado majoritariamente pela tributação em cima da classe trabalhadora tem seus recursos redirecionados, para a direção do capital portador de juros, alimentando o sistema financeiro, financeirizando as políticas sociais, e produzindo um retrocesso nos direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo dos anos e barrando suas reivindicações, através da criminalização dos movimentos sociais.

¹⁰ “Apesar do regime não ser ditatorial, houve endividamento com fortes consequências sobre os direitos humanos e sociais, sem respeito ao interesse geral e consulta e esclarecimento prévios acerca dos impactos do endividamento sobre as políticas públicas impostas aos credores, em geral, feito com juro escorchantes” (BHERING, 2017, p. 14).

4. CONCLUSÃO

O Fundo Público, que reúne uma grande parcela da riqueza socialmente produzida, fruto de impostos recolhidos majoritariamente sobre a classe trabalhadora, seja de forma direta como indireta, através do consumo, vem sofrendo com um processo de “saqueamento” pelo capital portador de juros, para garantir as taxas médias de lucro, tanto da burguesia nacional, quanto da imperialista. Isso sob o aval de um Estado burguês que está sempre de prontidão para atender os interesses do capital.

A etapa imperialista do capitalismo, que se deu no final do século XIX, instaura a hegemonia do capital portador de juros e o capital fictício e, no projeto de dominação neoliberal, temos o aprofundamento das relações de financeirização em todas as camadas da economia. Dentro do sistema imperialista do capital a financeirização se apresenta de formas distintas entre os países centrais e os dependentes, onde, a base da financeirização está no mercado de capitais, enquanto nos segundos, ela se dá através do processo de endividamento do Estado.

Vimos, ao longo dessa monografia, que o Brasil se encontra numa situação subalterna perante aos países centrais, demonstrando um aprofundamento da falta de autonomia do país enquanto potência econômica, o que garante as bases para os mecanismos de transferência de valor, processo esse que leva à superexploração da classe trabalhadora, visto que seu trabalho excedente deve de suprir a ganância tanto da burguesia nacional quanto da imperialista.

O Estado se encontra no centro desse processo, agenciando as bases para a lucratividade do capital, através da elaboração de instrumentos que garantem a financeirização do fundo público. A DRU, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a EC 95, as quais priorizam o superávit primário, são a expressão da garantia dada pelo Estado ao capital portador de juros de que, independente do cenário político-econômico, seu lucro estará garantido.

Para garantir o lucro do capital, esse Estado realiza contrarreformas, medidas de austeridade fiscal e de aumento da regressividade tributária, medidas essas que levam ao mínimo as condições básicas de reprodução da classe trabalhadora. Este aumento na regressividade traduz a face da superexploração, que ocorre nos países de economia dependente, uma vez que, com o avanço do

projeto neoliberal nosso sistema tributário se torna cada vez mais regressivo, ao mesmo passo em que temos uma reorientação dos gastos com as políticas sociais, ou seja, cada vez mais expropria do que é socialmente produzido para compor o fundo público e que deveria ser destinado à reprodução da classe trabalhadora.

Temos que, mesmo com o avanço das medidas neoliberais de estabelecer o superávit primário e sempre priorizando o pagamento dos juros da dívida, a mesma apenas cresce ao longo dos anos, mostrando sua ilegitimidade. É em meio a esse cenário que podemos compreender a função do Brasil, enquanto potência econômica, no cenário mundial, ou seja, servindo de base para as altas taxas de lucro nos países centrais, assim como, também financia a burguesia nacional que se alia aos interesses imperialistas. O ônus dessa aliança recai sobre a classe que vive do trabalho, que enfrenta a criminalização dos movimentos populares, por parte do Estado, a não implementação dos direitos já adquiridos na CF 1988 e a criação de novos mecanismos de financeirização das políticas sociais.

5. REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti. A dívida e o calvário do fundo público. In: Revista Advir. Rio de Janeiro, n. 36, p. 9-21. jul. 2017.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública interesses privados. In: Revista Advir. Rio de Janeiro, n. 36, p. 23-35. jul. 2017.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. In.: Temporalis, Brasília (DF), n. 34, p. 53-76, jul./dez. 2017.

CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. In: Revista Universidade e sociedade, n. 60, p.58-71, jul. 2017.

CASTELO, Rodrigo. Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro. Editora Pão e Rosas, 2010. P. 103-116.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1999.

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo. Expressão Popular, 2017

GORENDER, Jacob. O Contencioso da Industrialização e do populismo. In: Combate nas Trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 1987 (P.15-19).

IANNI, Octávio. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1981.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis. Editora Insular, 2013.

MENDONÇA, Sônia Regina de., FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil recente 1964-1992. São Paulo. 1994.

MOTA, Elizabeth. A cultura da crise e seguridade social. São Paulo. Ed. Cortez, 2015.

MOURA, Clóvis. 100 anos da abolição do escravismo no Brasil. Revista Princípios. 15º edição. Maio de 1998. P. 5-10.

O dia que durou 21 anos. Direção de Danilo Galli Tavares. Brasil. Pique filmes: 2003. 77 min.

OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de. Fundação Perseu Abromo, Partido dos traba. 31 de novembro de 2018 Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2018/11/30/negros-sao-78-entre-os-mais-pobres-e-somente-25-entre-os-mais-ricos/#:~:text=Negros-.Negros%20s%C3%A3o%2078%25%20entre%20os%20mais%20pobres%20e,25%25%20entre%20os%20mais%20ricos&text=Dados%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de,contra%2020%2C8%25%20brancos.> Data de acesso: 20/09/2020 as 16:47

SANTOS NETO, Arthur Bispo dos. Capital e trabalho na formação econômica do Brasil. São Paulo. Instituto Luckás, 2015.

SALVADOR, Evilasio. A desvinculação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal. In: Revista Advir. Rio de Janeiro, n. 36, p. 63-76. jul. 2017.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. In.: Serv. Soc. São Paulo, n. 104 p. 605-631, out./dez.2010.